



JUVENTUDES NA CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA



República Federativa do Brasil
Presidente: Luiz Inácio Lula da Sila
Vice: Geraldo Alckmin

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministra: Marina Silva
Secretário Executivo: João Paulo Capobianco

Departamento de Educação Ambiental e Cidadania
Diretor: Marcos Sorrentino

ISSN:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva
Departamento de Educação Ambiental e Cidadania
Esplanada dos Ministérios / Bloco B, sala 937 / 70068-090 - Brasília - DF
Email: juventudes@mma.gov.br

© 2025 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima ou sítio da Internet.
Original disponível
em:(<https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/secex/dea/juventudes/revista-juventudes-e-meio-ambiente>)

Organização:
Dandara Vieira de Arimatéa

Projeto gráfico capa:
Gas Oliveira

Conselho Editorial:
Dandara Vieira de Arimatéa - Consultora UNESCO / DEA
Fernanda (Amarelo) Santana de Oliveira - Consultora UNESCO / DEA
Letícia Rolim Abadia - Servidora DEA
Marina Torres - Servidora SNPCT
Pedro Cardim - Estagiário DEA
Bruna Paola - Coordenadora-Geral de Articulação Social das Juventudes
Lucas Pretti - Coordenador de Projetos
Keully Leal - CONJUVE
Luciano Frontelle - CONJUVE
Samuel Molina - Professor UnB - Avaliador técnico

Revisão:
Marina Torres
Pedro Cardim

*justiça
climática
como
dignidade
de vida*

**Juventudes
protagonistas**

Primeiras palavras

Comemorar a terceira edição desta Revista é também refletir sobre os motivos de sua ausência nos últimos dez anos. Por quais motivos, as duas primeiras edições, não tiveram sequência, a partir de 2015?

Ao buscar respostas para esta pergunta, será importante incluir outras:

- por qual motivo enuncia-se no plural as palavras “Juventudes”, “transições educadoras” e “Sociedades Sustentáveis”?
- nas interfaces governo/sociedade, existem espaços para as diversas juventudes expressarem suas agendas de prioridades e leituras de realidade, seus sonhos e dificuldades?
- esta 3ª edição, no ano da COP 30, é um compromisso do MMA com o fortalecimento das oportunidades de expressão das vozes e produções das juventudes, na pauta socioambiental?
- há um compromisso renovado de projetar para todo País e para o mundo o exemplo de como as juventudes, em sua ampla diversidade, vêm promovendo a construção de sociedades mais justas e acolhedoras para a vida em todas as suas dimensões?

A Revista fez um chamado às juventudes brasileiras, para contarem quais caminhos, reivindicações e lutas estão acontecendo nos territórios, para que seja possível atuar e valorizar o que estão fazendo. Foi prontamente atendida. E agora, como irá repercutir suas manifestações e incentivar a continuidade?

É preciso fortalecer e dar visibilidade às experiências e saberes das juventudes. É preciso promover trocas intergeracionais e a aproximação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima com os diversos setores da sociedade civil organizada, pautada pelos desafios das juventudes de todo este imenso Brasil. Fortalecer laços de solidariedade e responsabilidades compartilhadas, na pauta socioambiental, é parte da tarefa de construção de um país soberano, liderando, pelo exemplo, a transformação necessária para enfrentar as distintas formas de degradação social, ambiental e humana e promover a vida, no presente e no futuro.

Este novo número da Revista, mais do que uma declaração de intenções, é um chamado à produção participativa de uma nova versão do Plano Nacional de Juventudes e Meio Ambiente e ao fazer educador comprometido com a construção de sociedades sustentáveis.

É uma reafirmação de compromissos com o Conselho Nacional de Juventude (CONJUV) e com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), no sentido do apoio às Comissões de Juventude e Meio Ambiente (CJ), à Rede Nacional de Juventudes e Meio Ambiente (REJUMA) e à participação das Juventudes no planejamento e realização das Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente, como processos continuados de participação na educação ambiental realizada nas Escolas e Comunidades.

Vamos juntos!

Marcos Sorrentino

Apresentação

Esta revista é parte da construção ativa do Governo Federal em fortalecer e equalizar as vozes das juventudes. Compreender e assumir que as juventudes são protagonistas na construção da justiça climática, tema central desta edição, é reconhecer e valorizar o que elas sabem, vivenciam e constroem cotidianamente em seus territórios, abrindo caminhos para um mundo mais digno para todas as formas de vida da Terra.

A Revista Juventude e Meio Ambiente integra a agenda de juventudes do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Lançada em sua primeira edição teve como tema “Territórios: espaços para o exercício da cidadania da juventude” em 2014, seguida da segunda edição, em 2015, com o tema “A juventude na busca pela sustentabilidade: da Agenda 21 ao pós-2015”. Nesta terceira edição, a revista renasce com um novo conceito — agora no plural — para refletir a pluralidade das juventudes brasileiras. Essa mudança simboliza o reconhecimento da diversidade que habita o país: juventudes de diferentes territórios, cores, culturas e vivências, expressas em múltiplas corporeidades e modos de existir.

Para esta edição, foram recebidos 76 materiais produzidos por jovens de todas as regiões do Brasil. Desses,

30 foram selecionados para compor esta publicação, que reúne vozes engajadas na luta socioambiental e comprometidas com a construção de políticas públicas integradas entre os setores público, privado e a sociedade

civil. O lançamento desta edição ocorre em um momento histórico: o Brasil sedia a COP 30, um marco de incidência e participação social em um dos principais espaços de negociação e compromisso internacional com o presente e o futuro do planeta. Por isso, convidamos você a acessar, por meio do QR Code abaixo, algumas das cartas escritas por jovens brasileiras e brasileiros especialmente para esse momento.

Que as vozes das juventudes sigam ecoando, inspirando e transformando o mundo.

Boa leitura!



1 ————— **Matéria**

Juventudes na pauta socioambiental:
rumo à COP 30 e além

3 ————— **Poesia**

Um novo formato de reflexão sobre os
ODS

4 ————— **Matéria**

Coletivos Jovens de Meio Ambiente: 20
anos de política pública, história,
resistência e transformação

6 ————— **Artigo científico**

A Missão dos Guardiões do Clima: narrativas,
dinâmicas e protagonismo juvenil na IV Conferência
Infanto Juvenil Estadual do Rio de Janeiro.

7 ————— **Poesia**

Não sei por que estou com mar na minha
cabeça

10 ————— **Artigo Livre**

Territórios: Juventude e Identidade
contra o Racismo Ambiental

11 ————— **Fotografias**

13 ————— **Reportagem**

Divulgação científica e influência
responsável em tempos de crise
climática

14 ————— **Poesia**

Fruto do Marajó – Cordel da Juventude

15 ————— **Artigo científico**

Sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e a
justiça climática: ações de educação alimentar e
nutricional no Colégio Técnico da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro (CTUR)

18 ————— **Reportagem**

Reviva Caatinga: juventude, educomunicação
e inovação socioambiental no Sertão
Produtivo

Reportagem	19
Juventudes Periféricas e Justiça Climática na Mata Atlântica: a experiência do Coletivo Ayé em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro - RJ	
Poesia	20
Cordel - Juventudes com a caatinga	
Artigo Livre	21
Tráfico de animais silvestres e justiça climática: O papel da juventude na prevenção das zoonoses e preservação da biodiversidade	
Reportagem	22
Relatos de uma Jovem Ribeirinha no Coração da Amazônia: Construindo Justiça Climática pelo Poder Legislativo em Abaetetuba	
Reportagem	23
LabNarra: juventude tecendo narrativas regionais pela Amazônia de Pé	
Artigo Científico	27
Potencial Energético do Ceará, Juventudes e Direito Internacional: Caminhos para uma Transição Energética Justa	
Artigos de biomas	29
Artigo Científico	35
Educação ambiental ou educação climática? Do Ensino à Incidência Política	
Reportagem	39
O que diz a Terra? A voz do planeta na língua da juventude	
Artes	40
Artigo Livre	41
Saúde única, ciência cidadã e biodiversidade: o que isso tem haver com justiça climática e qual o papel dos jovens nessa discussão?	
Artigo Livre	43
Quadro a Quadro pelo Mangue: Aprender fazendo com projetos audiovisuais sustentáveis	

Juventudes na pauta socioambiental: rumo à COP 30 e além

Autores: Dandara Arimatéa e Pedro Cardim

Ainda nos anos 1990, o mundo escutou um dos primeiros alertas internacionais sobre as mudanças climáticas. O Primeiro Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) trouxe à cena global a possibilidade de um futuro ameaçado. Era como se, ao colocar os óculos da ciência, fosse possível vislumbrar uma rachadura no horizonte: o colapso ambiental como risco distante, mas palpável. A Rio-92 reforçou esse movimento, transversalizando a agenda ambiental e revelando que ela não poderia ser pensada de forma dissociada da vida humana — perspectiva que, anos mais tarde, se formalizaria a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Se, naquele momento, o debate ainda se formulava em chave de futuro — “qual planeta deixaremos para as próximas gerações?” —, hoje as juventudes nos convocam a outra pergunta: que planeta é este em que já vivemos e sobrevivemos, agonizando diariamente? É a partir dessa virada que precisamos olhar para o papel das juventudes na pauta socioambiental.

Mora aí uma ruptura significativa entre as dinâmicas das gerações e sua forma de vivenciar a crise ambiental. As anteriores lidaram com o aquecimento global como ameaça distante, algo que pairava no horizonte. Já as juventudes de agora convivem com a crise socioambiental em seu cotidiano: na escassez de água, nos eventos climáticos extremos, no envenenamento dos rios e na desigualdade que se agrava sobre seus corpos e territórios. A emergência deixou de ser projeção: é o presente em colapso.

Atualmente, vemos cada vez mais a atuação das juventudes como sujeitos políticos ativos, capazes de transformar os lugares onde vivem. Ao se envolverem, assumirem voz e ação, elas não apenas participam: reinventam a convivência social em cada contexto, em cada território. Na prática, isso aparece quando escancaram os limites do discurso dominante, que insiste em colocar a responsabilidade ambiental apenas nas escolhas individuais — mudanças de consumo, pequenas práticas domésticas, escolhas pessoais — como se bastassem para um desafio global. Elas sabem que não é assim: não se trata de somar ações privadas, mas de enfrentar uma crise estrutural, sistêmica e interdependente.

Estamos diante de uma juventude que se percebe como agente de transformação, que conhece



os responsáveis pelo desastre climático e compreende que a pauta ambiental não pode ser separada das lutas econômicas, raciais, de gênero, territoriais e culturais. Por isso, ampliam o debate, exigem transversalidade e reivindicam presença plena nos espaços de decisão política.

É nesse contexto que exemplos emblemáticos ganham força. Greta Thunberg tornou-se símbolo global no protagonismo juvenil na luta por justiça socioambiental, mas ela não está só: jovens brasileiros têm elevado a pauta em seus movimentos e territórios, fazendo ecoar suas vozes em assembleias, conferências e cartas. O que antes era discurso moralizante sobre o futuro, hoje é a urgência do agora: não é apenas sobre o que virá, mas sobre construir no presente a dignidade para todas as vidas humanas e não humanas na Terra.

Nesse sentido, é fundamental compreender os jovens como sujeitos sociais e políticos, deslocando o olhar da política pública da ideia de um público alvo, que por tal, se comportaria de maneira passiva frente à construção, implementação e acompanhamento das políticas. Romper o símbolo de uma juventude desautorizada a construir o próprio presente e futuro é mergulhar mais fundo na complexidade sociocultural e histórica das juventudes nas sociedades, não encalhando o debate na superficialidade do conceito pretensiosamente simplista de “indivíduos em formação”. Para uma agenda socioambiental comprometida na transformação, é imperativo reconhecer que são também os e as jovens que criam e transformam o mundo a partir de suas realidades. Esse entendimento atribui às juventudes um papel ativo na mobilização social e nas lutas por justiça ambiental e social, desde que seus saberes, vivências e estratégias sejam reconhecidos como legítimos.

A realização da 30ª Conferência das Partes (COP 30) no Brasil, em Belém do Pará, intensificou o

processo de mobilização social em torno da emergência climática e de como ela nos atravessa enquanto sociedade. Ao caminhar em uma linha tênue que por um lado carrega o ceticismo frente aos espaços e compromissos internacionais, questionando principalmente a efetividade das grandes potências econômicas no cumprimento dos acordos firmados. Por outro lado, a Conferência provoca, como em sua origem, as partes de todo o mundo a olharem e debaterem o problema comum, o esgotamento do planeta e a maneira como ele afeta as diversas formas de habitar e estar no mundo.

Em 2025, pela primeira vez, a Amazônia se torna o centro do mundo em uma conferência global do clima. Isso abriu brechas inéditas para que juventudes e crianças percebessem sua relação com a agenda socioambiental e política. Muitos jovens, historicamente alocados em condições estruturais de distanciamento — seja pela exclusão dos espaços políticos, seja pelas dinâmicas exaustivas de trabalho e sobrevivência —, encontraram na COP 30 a possibilidade de se enxergarem como sujeitos ativos da luta socioambiental.

O próprio debate sobre a fragilidade da COP enquanto um espaço de mudança de curso da história, alavancou debates importantes sobre a distribuição da responsabilidade e a urgência de que líderes políticos assumam compromissos multilaterais de futuro. Esse movimento se materializa de forma exponencial. Podemos notar a sede pela escuta e a força de tantas vozes que querem se fazer presentes, na quantidade impressionante de cartas das juventudes brasileiras e internacionais e meio ambiente, documentos políticos e afetivos que têm sido direcionados à COP.

Exemplos dessas articulações podem ser vistas na Carta das Juventudes Brasileiras pelo Meio Ambiente e Justiça Climática — fruto do processo participativo do Seminário Nacional de Juventudes, Meio Ambiente e Justiça Climática — e pela Carta das Juventudes Lusófonas pelo Meio Ambiente e Justiça Climática, construída no âmbito do VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Esta última, ao incidir diretamente nos produtos e documentos finais do Congresso, expressa a força e a potência da articulação juvenil em nível internacional. Soma-se a esses exemplos tantos outros movimentos que resultaram na produção de cartas e documentos pelas juventudes. Em todos esses casos, elas colocam suas reivindicações, anseios e saberes que ressaltam a significância da Educação Ambiental Crítica, a necessidade de políticas públicas alinhadas às suas realidades e necessidades, e a importância da mobilização coletiva na construção de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas.

Há uma mensagem nítida e comum nessas articulações: nós, jovens do Brasil e do mundo, queremos ser ouvidos, respeitados e integrados nos espaços de negociação e incidência política. A COP tem sido compreendida como a possibilidade de ser o nosso megafone diante do mundo.

Mas é preciso ir além. A COP é um evento. Vai passar. O risco é que fique apenas o marco de uma cidade transformada às pressas para receber milhares de pessoas, sem que as estruturas de exclusão sejam enfrentadas. A grande questão é: o que permanecerá em nossas terras e territorialidades políticas depois da COP?

A GRANDE QUESTÃO É: O QUE PERMANECERÁ EM NOSSAS TERRAS E TERRITORIALIDADES DEPOIS DA COP?

O desafio está em transformar a visibilidade momentânea em legado duradouro. Que desse processo surjam redes juvenis mais fortes, com capacidade de disputar políticas públicas, ocupar espaços de decisão e reorientar o modo como o Brasil constrói suas representações no diálogo interno e internacional. Que a COP não seja apenas um espetáculo com início e fim, mas um catalisador de mudanças profundas na forma como as juventudes se organizam, resistem e projetam o mundo que querem viver.

As juventudes brasileiras já não aceitam o lugar de espectadoras. Querem ser protagonistas de um presente mais digno para todas as vidas. Querem romper com estruturas de exclusão e construir, aqui e agora, alternativas de futuro.

Rumo à COP 30 e além dela, fica o chamado: que a luta juvenil não seja reduzida a um evento, mas se consolide como processo educativo, interventivo e permanente. É da força da base, da juventude que se organiza e resiste, que brota a resiliência necessária à luta socioambiental. Que seja valorizado e reconhecido, **só assim será possível transformar a emergência em horizonte, e a esperança em prática coletiva e cotidiana.**

Um novo formato de reflexão sobre os ODS

Autora:
Natany Pereira de Jesus, 25 anos,
Belém - PA

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,
Abrangem o consumo e a produção responsável,
Que visa assegurar a todos uma vida saudável,
Concedendo água potável, um recurso indispensável.

A humanidade aguarda a erradicação da pobreza,
Por esforços de organizações, governos e empresas.
A natureza está imensamente indefesa,
Devido às ações antrópicas, ela não está ilesa,
Espera-se que os ODS deixem de ser promessa.

A agropecuária tem avançado rumo à sustentabilidade,
É incomparável um alimento saudável com qualidade.
Mas e quanto à produção de alimentos em grande
quantidade?

E o constante desperdício de alimentos nas cidades?
E a desigualdade em relação às famílias vulneráveis?
Quais medidas têm sido tomadas, de verdade?

A promoção de saúde e bem-estar,
A garantia da segurança alimentar,
A luta pela igualdade de gênero,
O empoderamento do público feminino,
São metas que quebram correntes do silêncio.

Que se transforme em realidade,
A promoção de educação de qualidade.
De forma inclusiva e equitativa, sem distinção,
Que se fortaleçam a justiça, a paz e a inclusão.

A adoção de um manejo sustentável,
A implementação de energia renovável,
A propagação de energia limpa e acessível,
O saneamento básico é um direito inalienável,
Integram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A promoção do crescimento econômico inclusivo,
Gera oportunidades de emprego pleno e produtivo,
Com a construção de infraestruturas resilientes,

Possibilita a todos um trabalho digno e decente.

É importante multiplicar a inovação,
Mas e a desigualdade? Que haja redução!
Acreditamos em melhorias, pois ainda temos esperança,
Que todas as comunidades e cidades terão segurança.

Os ODS interligam: sociedade, ambiente e economia,
São ações contra a mudança global do clima,
Contudo, o legítimo desafio é sair da teoria.
Que todos os objetivos não sejam só filosofia,
Mas, que realmente mude a realidade de bilhões de
vidas.

Os recursos naturais são extremamente essenciais,
Entretanto, é arriscado não tê-los mais,
Isso se trata de todos os evidentes sinais,
Dos crimes ambientais, como os incêndios florestais,
Desde a poluição de rios, à morte e extinção de animais.

O manejo incorreto dos recursos hídricos,
Põe em risco a vida dos recursos marinhos.
Os ecossistemas terrestres também estão em risco.
Desmatar, contaminar, poluir... será esse o caminho?

A paz não é voltada apenas a relações sociais,
A natureza também clama intensamente pela paz!
Como reagir? Calor ou frio, ela já não sabe mais.
O planeta não será o mesmo de tempos atrás,
Danos extremos geram cicatrizes que não curam jamais.

Cada meta é uma missão, logo, uma missão requer ação,
Envolvendo parcerias e meios de
implementação.

Somos jovens se manifestando pela
justiça climática,
Pronunciando: É tempo de mudança
com voz diplomática.



Coletivos Jovens de Meio Ambiente: 20 anos de política pública, história, resistência e transformação

Autores: Bárbara Cardoso, Joana Araújo e Rodrigo Bezerra

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO

Os Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) surgiram em 2003, durante a 1ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), organizada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no âmbito do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas. Naquele momento, o Brasil dava um passo histórico ao reconhecer que crianças, adolescentes e jovens precisavam ser protagonistas na formulação e execução de políticas ambientais. Os CJs nasceram como uma política pública inovadora, estruturada em todas as unidades da federação, reunindo jovens de 15 a 29 anos.

Guiados pelos princípios de Jovem educa Jovem, Jovem escolhe Jovem e Uma geração aprende com a outra, os CJs consolidaram uma metodologia própria, baseada na horizontalidade, na troca de saberes e na participação direta. Esse modelo rompeu com estruturas tradicionais e hierárquicas, ao reconhecer que a juventude tem capacidade de decidir, articular e propor soluções socioambientais. Na prática, os coletivos se organizam em redes estaduais e locais, realizando encontros de formação, rodas de conversa, mobilizações em escolas e comunidades, incidências em conselhos e conferências, além de campanhas educacionais nas redes sociais. Essa capilaridade possibilita que experiências locais ganhem dimensão nacional e fortaleçam uma rede viva, diversa e plural.

CONQUISTAS E DESAFIOS

Ao longo de duas décadas, os CJs mobilizaram milhares de jovens em todo o país, com presença marcante em conferências nacionais, fóruns internacionais e processos de elaboração de políticas públicas. Um dos grandes legados é a contribuição direta para a Política Nacional de Educação Ambiental, fortalecendo práticas pedagógicas em escolas, articulando professores, gestores e estudantes em torno da sustentabilidade. Em diversos territórios, jovens protagonizaram ações de recuperação de nascentes, mutirões de limpeza, projetos de reciclagem e campanhas de conscientização sobre a crise climática. Além das ações comunitárias, houve também forte atuação política: representantes dos CJs participaram de conselhos ambientais, audiências

públicas e processos de incidência legislativa, garantindo que a voz das juventudes fosse ouvida.

Contudo, esse caminho não foi linear. Nos últimos anos, especialmente durante o último governo federal, houve forte descontinuidade das políticas de Educação Ambiental, o que fragilizou os canais institucionais de diálogo e reduziu investimentos. Mesmo assim, os CJs se mantiveram ativos, sustentados por sua rede orgânica e pelo compromisso voluntário de jovens em todo o Brasil. Essa resistência demonstra não apenas a força do movimento, mas também sua relevância enquanto política pública que não pode depender de conjunturas políticas passageiras

IMPORTÂNCIA E FUTURO

A trajetória dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente comprova que políticas voltadas à juventude e ao meio ambiente devem ser vistas como investimentos permanentes do Estado brasileiro. Em um cenário de emergência climática, crise hídrica e desigualdade no acesso ao saneamento básico, os CJs se colocam como uma resposta estratégica: uma rede que forma, articula e mobiliza novas lideranças, conectando saberes locais com agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A política dos CJs representa, em termos práticos, um exercício de democracia participativa. Ao garantir que jovens tenham voz e voto nos processos de decisão, ela amplia a diversidade de perspectivas e fortalece a legitimidade das políticas ambientais. Para além de mobilizações pontuais, o CJ é um espaço contínuo de formação cidadã, de experimentação de metodologias participativas e de criação de soluções inovadoras. É por isso que governos, ONGs,



organismos internacionais e instituições de ensino precisam olhar para essa política como prioridade:

INVESTIR NOS CJS É INVESTIR NO PRESENTE E NO FUTURO DO PAÍS.

Ao garantir que jovens tenham voz e voto nos processos de decisão, essa política amplia a diversidade de perspectivas e fortalece a legitimidade das políticas ambientais. Para os governos, apoiar os CJs significa criar canais permanentes de diálogo intergeracional e formar novas lideranças comprometidas com o interesse público. Para ONGs, organismos internacionais e instituições de ensino, significa investir em parcerias sólidas com uma rede capilarizada, com potencial de irradiar transformações socioambientais em escala local e global.

Por isso, os CJs devem ser vistos como uma política de Estado, e não de governo. Seu fortalecimento exige financiamento continuado, estrutura de apoio e reconhecimento institucional, garantindo que mais jovens possam acessar espaços de formação e participação.

Hoje, com mais de 20 anos de história, o movimento segue vivo em cada território, pulsando na voz de jovens que transformam realidades locais e inspiram mudanças globais. Para quem ainda não conhece, fica o convite: pesquise, participe e fortaleça essa rede. O Coletivo Jovem de Meio Ambiente é mais que um movimento; é uma política pública que precisa ser reconhecida, apoiada e ampliada. Afinal, como ensinam seus princípios fundadores, a juventude não é apenas o futuro, mas o presente da transformação socioambiental.



Foto 1. Facilitadores da V CNIJMA, Sumaré - SP, 2018



Foto 2. Facilitadores da IV CNIJMA, 2013.

Foto 3. Facilitadores da VI CNIJMA, Luziânia - GO, 2025.



A Missão dos Guardiões do Clima: narrativas, dinâmicas e protagonismo juvenil na IV Conferência Infanto Juvenil Estadual do Rio de Janeiro.

Autores:

Alysson Passos dos Santos¹²
Ana Nathália Pessoa da Silva¹²
Daniele Figueiredo da Silva²
Elicarla Feio Silva²
Luizy Alves dos Reis²

RESUMO

Este artigo apresenta a experiência pedagógica desenvolvida durante a IV Conferência Infantojuvenil pelo

Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (IV CIJMAERJ), realizada nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2025, com a participação de 78 estudantes de escolas públicas. O processo foi conduzido com forte protagonismo do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (CJ-RJ), criado em 2003 no âmbito da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que atuou na mobilização, facilitação e condução das atividades. A iniciativa promoveu reflexões críticas sobre desafios socioambientais contemporâneos por meio de metodologias participativas, narrativas e dinâmicas lúdicas inspiradas no Balanço Ético Global (BEG) e na simulação internacional Mini COP30. Fundamentada na Educação Ambiental crítica, a experiência articulou ciência, cultura e ação coletiva para fortalecer o protagonismo juvenil e a justiça climática.

Palavras-chave: Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ); Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (CJ-RJ); Protagonismo Juvenil; Educação Ambiental; Justiça Climática; Metodologias Participativas

INTRODUÇÃO

Desde 2003, a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) envolve crianças e adolescentes na construção de soluções sustentáveis. Organizada pelo MEC, MMA e MCTI, constitui uma política pública de cidadania ambiental, com etapas escolar, municipal, regional, estadual e nacional. Em 2025, a IV CIJMAERJ reuniu 66 professores e 66 estudantes de 11-14 anos de 22 municípios, consolidando-se como espaço de diálogo intergeracional e formação cidadã. A programação valorizou saberes ancestrais e comunitários, abordou justiça climática e racismo ambiental e destacou o protagonismo juvenil por meio de práticas participativas e criativas.

Os debates abordaram temas como justiça climática, racismo ambiental e protagonismo das juventudes, evidenciando que os impactos da crise

Aquário Marinho do Rio de Janeiro - AquaRio¹
Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro – CJ-RJ²

climática atingem de forma mais severa as populações em situação de vulnerabilidade - como moradores de encostas, palafitas e margens de córregos -, além das desigualdades no acesso às políticas públicas socioambientais. Nesse contexto, o protagonismo juvenil assume um papel central: ao ocupar um espaço historicamente pouco visibilizado, as juventudes tornam-se porta-vozes das desigualdades raciais e sociais que se aprofundam diante de eventos climáticos extremos.

A Conferência infantojuvenil pelo Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, reafirma seu papel como espaço de mobilização das juventudes, reflexão e construção coletiva de ações socioambientais, fortalecendo a sensibilização ambiental e o protagonismo juvenil na luta por justiça climática.



Figura 1. Autoria do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro – integrante Milena Nunes CJ-RJ, Centro de Estudos Sumaré, Rio de Janeiro - RJ, 2025.

METODOLOGIA

A proposta metodológica priorizou a participação ativa dos jovens, com dinâmicas que simbolizaram a interdependência ecológica, protagonismo das juventudes e promoveram cooperação.

A atividade “Teia da Vida” utilizou um novelo de barbante para representar elementos naturais interligados, como: “Eu sou o sol, um astro que nos dá energia” ou “Eu sou a água, alimento todos os seres vivos”. Com o tempo, a teia começou a se consolidar no espaço coletivo.

A seguir, colocamos no centro a representação do planeta Terra - uma bola feita de barbante. A teia, ainda frágil, não conseguia sustentá-la. Diante disso, a equipe começou a entrelaçar os fios, reforçando a estrutura à medida que os fios se conectavam, formava-se uma rede coletiva que sustentava simbolicamente o planeta, reforçando a ideia de colaboração para enfrentar crises ambientais



Foto 2: Autoria do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Centro de Estudos Sumaré, Rio de Janeiro - RJ, 2025.

Depois, todos cantaram a música “Cirandeiro, de Edu Lobo e Maria Bethânia”, que, junto aos movimentos coletivos, fortaleceu a experiência simbólica. Como a teia havia encolhido, formou-se uma segunda roda ao redor da primeira, criando uma grande ciranda que reforçou o sentido de coletividade.

O momento foi enriquecido com a leitura de um poema sobre a conexão entre os elementos:

**A ÁGUA CORRIA E DAVA VIDA,
A ÁRVORE CRESCIA E DAVA SOMBRA,
E O SOL AQUECIA, ILUMINANDO A TODOS.**

Na sequência, o poema mostrava a perda desses elementos - a água secando, a árvore sendo cortada e o sol permanecendo sozinho, simbolizando a

ruptura do equilíbrio natural. A metáfora da teia desfeita reforçou a mensagem de que só haverá futuro se cada elemento for cuidado, pois todos estamos ligados por fios invisíveis. A atividade encerrou-se com uma roda de conversa, em que os jovens refletiram sobre a fragilidade do equilíbrio ecológico e os impactos desiguais das mudanças climáticas, destacando o princípio da justiça climática.

Na sequência, a narrativa “A Missão dos Guardiões do Clima com o Coletivo Jovem de Meio Ambiente” guiou reflexões em grupos temáticos sobre fake news climáticas, consumo insustentável, desigualdades energéticas, saberes ancestrais e união dos povos. A abertura conjunta do quinto pergaminho simbolizou a necessidade de cooperação para enfrentar desafios globais.



Foto 3: Autoria do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2025.

Cada grupo recebeu um pergaminho com desenhos feitos à mão e, à medida que a história era narrada, discutia coletivamente o tema proposto, elegendo um representante para compartilhar as reflexões com os demais. O ponto alto ocorreu quando os jovens perceberam que o quinto pergaminho só poderia ser aberto com a união de todos os grupos, simbolizando a importância da cooperação e do esforço coletivo diante dos desafios climáticos. A atividade foi concluída com a resolução conjunta do último desafio, fortalecendo o diálogo, a integração e o protagonismo juvenil.

Na sequência, foi promovida uma discussão orientada pelo Balanço Ético Global (BEG), em que as juventudes se basearam nas perguntas norteadoras para refletir sobre os desafios e possibilidades rumo à COP 30. A partir de questionamentos como “O que pretendemos e precisamos para a COP 30?” e “Como nós, juventudes, podemos deixar nossas vozes registradas?”, ideias e proposições foram construídas de forma coletiva e criativa. Como resultado simbólico desse processo, foi reproduzida a imagem do Cristo Redentor, monumento icônico do Rio de Janeiro, representando a entrega das demandas e desejos das juventudes. Das mãos abertas da figura saíam todas as

propostas, que foram simbolicamente encaminhadas ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), reforçando o caráter político e propositivo da ação.

Todas as atividades foram conduzidas segundo os princípios do Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ) — “jovem escolhe jovem, jovem aprende com jovem aprende com jovem e uma geração aprende com a outra”. Jovens do CJ-RJ mais experientes aplicaram as metodologias e compartilharam saberes com os mais novos, em um processo horizontal de ensino-aprendizagem e construção coletiva

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As atividades fortaleceram o protagonismo juvenil, ampliando a compreensão crítica sobre justiça climática e intensificando o vínculo afetivo dos participantes com o meio ambiente. Os “Pergaminhos” elaborados pelos grupos revelaram sensibilização frente ao negacionismo climático, aos padrões de consumo e à valorização de saberes tradicionais. Essas percepções ficaram registradas em frases e reflexões escritas pelos próprios adolescentes, que sintetizam suas compreensões e propostas sobre os temas abordados. O Quadro 01 apresenta trechos representativos dessas produções:

Pergaminho 1: As Fake News da Natureza	“Acho que tem gente que não quer acreditar porque é mais fácil fingir que nada tá acontecendo.” “Eles querem continuar fazendo coisas que machucam a Terra sem se sentir culpados.”
Pergaminho 2: O Consumo sem Fim	“Elas comprem coisas que nem precisam, só porque tá na moda.” “Podia mudar se a gente reciclasse mais, dividisse brinquedo e usasse menos plástico.”
Pergaminho 3: O Poder da Energia	“Eles são ricos, podiam colocar placas solares e não gastar tanto petróleo. E ajudar os países pobres mandando tecnologia boa e limpa, em vez de lixo.”
Pergaminho 4: Saberes dos Ancestrais	“Minha vó sempre fala que a gente tem que respeitar a árvore, porque ela dá sombra e ar.” “Meu vó ensina que se a gente maltratar o rio, o peixe some.”
Pergaminho 5: União dos Povos	“Terra, te prometo cuidar de você!” “Menos lixo, mais vida.” “Energia limpa é futuro feliz.” “Juntos somos guardiões do clima!”

Os resultados indicam que, em virtude de sua interação com a técnica, a atividade propiciou uma contribuição ao desenvolvimento do senso crítico, ao diálogo intergeracional e à reflexão sobre valores socioambientais, aspectos fundamentais para a formação cidadã visando à justiça climática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Conferência Estadual do Rio de Janeiro demonstra que a Educação Ambiental crítica, quando aliada a metodologias criativas e inclusivas, é capaz de fortalecer o protagonismo juvenil e ampliar a consciência sobre justiça climática e racismo ambiental.

As dinâmicas “Teia da Vida” e “A Missão dos Guardiões do Clima” mostraram-se ferramentas pedagógicas eficazes, por unirem imaginação, ética, ciência e participação democrática. Ao vivenciarem práticas colaborativas, os estudantes compreenderam, de forma simbólica e concreta, a importância da cooperação para sustentar o planeta e enfrentar os desafios globais. Mais do que um evento pontual, a conferência revelou-se como espaço de construção coletiva de saberes e de exercício de cidadania ambiental. Ao dar voz aos jovens, permitiu que experiências locais dialogassem com agendas globais, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e engajados.

Reforça-se, assim, a necessidade de continuidade dessas práticas, de políticas públicas permanentes de Educação Ambiental e de valorização dos saberes tradicionais. A replicação dessas metodologias em escolas e comunidades pode ampliar o alcance da CNIJMA e consolidar um movimento de juventudes pela justiça climática no Brasil.

REFERÊNCIAS

REIGOTA, M., (2014). O que é Educação Ambiental. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA. Brasília: MEC/MMA/MCTI, 2025.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

COLOMBO, S. R. A Educação Ambiental como instrumento de formação da cidadania. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. São Paulo, vol. 14, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4350>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Não sei por que estou com mar na minha cabeça

Autora:
Ana Paula Amaral Pequeno, 21 anos
Belém - PA

O Rio permeia as nossas florestas
E em nome da "evolução" esquecemos de ambos.
Acimentamos a terra, onde nossos ancestrais pisaram, construíram cultura e foram colonizados,
Como herança disso, resolvemos apagá-los.
Constantemente, sem querer querendo, somos ensinados a ver o que é nosso como turístico,
afastado, místico, uma leve lembrança da infância, não mais pertencente a nós.
Os Rios que fluem em nossas veias foram substituído por sangue de uma ciência baseada em fatos
Que se afasta e trata como senso comum a ciência da nossa terra.
Agora, tudo vem das máquinas, e em um futuro não muito distante, até nós seremos substituídos
por elas.
E nadar contra a maré, fazer essa volta à ancestralidade pra se pensar em uma possibilidade de
futuro é difícil.
É difícil resistir em um sistema que quer nos matar,
Que quer extinguir nosso povo, nossa floresta, nossa cultura e o nosso passado, que também é
presente.
Mas isso não é motivo pra desistir,
Preciso honrar a todos que lutaram pra manter a cultura que de mim foi roubada,
Pra que eu possa trazer pra mim, pra aqueles ao meu redor e pros que ainda hão de vir

Territórios: Juventude e Identidade contra o Racismo Ambiental

Autora:

Estela da Conceição Golçalves da Silva, 28 anos,
Salvador, BA

Sou filha de uma história marcada pelo racismo ambiental. Meu pai, preto marajoara, filho de vaqueiro e de lavadeira; minha mãe, filha e neta de mulheres pretas e indígenas ribeirinhas e seringueiras das margens do Rio Maiuatá. O racismo ambiental empobreceu a vida nos territórios onde meus pais nasceram, transformando a casa em prisão. A ausência de escolas, saúde, terra e comida não foi acaso, mas resultado de uma política de expulsão. Sem alternativas, famílias inteiras foram obrigadas a deixar suas origens. Foi assim que o Guamá, a periferia mais populosa de Belém do Pará, se tornou refúgio e destino para minha família e para tantas outras expulsas dos seus territórios pelo racismo ambiental.

Quando falo em racismo ambiental, refiro-me à forma como desigualdades raciais e sociais definem quem sofre mais com a degradação ambiental e quem é privado de direitos básicos como terra, água potável, moradia digna e saúde. É quando comunidades negras, indígenas, ribeirinhas e periféricas são empurradas para áreas mais vulneráveis, onde faltam serviços e sobram riscos, enquanto outros grupos têm seus territórios preservados e protegidos. Esse processo não é um acidente, mas resultado de escolhas políticas e econômicas que sacrificam alguns povos em benefício de outros.

Ao chegar no Guamá, minha família se integrou a pretos, indígenas e ribeirinhos, todos vindos do interior em busca de dignidade. Mas essa chegada não significou enraizamento, e sim a inserção forçada em um processo de favelização, onde povos e comunidades tradicionais arrancados de seus territórios foram aglomerados nas margens urbanas, em condições precárias de moradia e sobrevivência. O exílio, repetido geração após geração, transformou casas em barracos improvisados, fragilizou raízes, interrompeu a transmissão de saberes e produziu a confusão identitária de crescer sem um chão de origem definido. No corpo e na memória, carrego esses deslocamentos, que revelam a violência contra o território como violência contra a identidade, vínculos, tradições e futuros.

Ainda assim, a memória resistiu. Foi com meu pai que aprendi a atravessar rios, ao ponto de não lembrar da minha existência sem saber nadar, a arrastar o pé contra a arraia, a tirar a espinha do peixe, a provar turu, carne de búfalo e mangaba. Com minha avó materna, aprendi como fazer xibé, vatapá, comida com urucum, a torrar castanha de caju, e me

guiar pelas fases da lua, além de respeitar a natureza e seus horários, banho de rio não se toma de manhã cedo nem no final da tarde. Todos esses ensinamentos me levam aos territórios originários de minha família, do qual sinto que devo buscar e entender cada vez mais em busca da minha identidade ancestral de confluir com o meio ambiente, onde proteger os territórios é também, proteger a vida ancestral que nos habita.

Hoje, retornar é reconstruir sentidos, reatar vínculos e reconhecer que a terra guarda mais do que território, guarda memória, dignidade e futuros. Retornar é ouvir os mais velhos, recolher os fragmentos de saberes interrompidos e afirmar a continuidade de nossas identidades diante das rupturas impostas. É lembrar que o exílio nunca conseguiu apagar a raiz, apenas dispersá-la. Entre rios e travessias, compreendo que a justiça climática começa na defesa inegociável do direito de permanecer na terra. Porque só há justiça quando o território continua vivo, pulsando com a presença de quem dele faz parte. Só haverá futuro inteiro se nossas juventudes herdarem territórios de vida, memórias e confluências com o meio ambiente

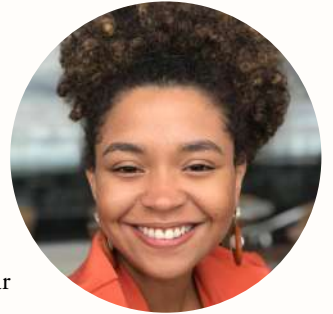


Foto1: Laura, Marie e Eatela, Da própria autora



FICHA TÉCNICA

Título: Infâncias

Autor: Dandara Arimatéia

Local da fotografia: Comunidade Flutuante,
Rio Solimões, Manaus.

Ano: 2025



FICHA TÉCNICA

Título: Pica-pau-rei ouvindo os insetos
escondidos no tronco

Autor: Maria Luísa Ferreira

Local da fotografia: Corrêas, Petropolis - RJ

Ano: 2025



FICHA TÉCNICA

Título: Contemplar e coexistir

Autor: Maria Eduarda Santos

Local da fotografia: São Vicente, SP

Ano: 2025



FICHA TÉCNICA

Título: Cerrado azul

Autor: Lucas Italo Silva Ribeiro

Local: Morro das Lajes, cidade de Goiás/GO

Ano : 2023



FICHA TÉCNICA

Título: Bando de tapicuru se alimentando em mio ao lixo do Rio Piabanha

Autor: Maria Luisa Ferreira

Local: Corrêas, Pttropolis, RJ

Ano: 2025



FICHA TÉCNICA

Título: Entre Luz e Silêncio

Autor: Pedro Oliveira

Local: Curiaú -macapá ,AP

Ano : 2025

Divulgação científica e influência responsável em tempos de crise climática

Autora:

Julia Ormastroni Domingues de Oliveira,
25 anos, Espírito Santo do Pinhal, SP,

A cultura digital é hoje um dos pilares centrais da vida em sociedade. Mais do que um conjunto de ferramentas tecnológicas, ela representa novas formas de produzir e compartilhar conhecimento, criar identidades, se relacionar e agir politicamente. Conectando territórios e gerações, a internet possibilita que narrativas locais ganhem alcance global em questão de segundos e que juventudes amplifiquem suas vozes, convertendo-as em engajamento social e mudanças estruturais.

No entanto, esse potencial também transforma a rede em uma arena de disputa simbólica, onde circulam tanto desinformação quanto narrativas críticas. Por isso, ocupar esse espaço com ciência acessível e crítica é estratégico e necessário.

Ao usar a linguagem, formatos e dinâmicas da internet, a ciência ganha capilaridade e entra na conversa pública. Nesse contexto, a divulgação científica desempenha um papel crucial ao democratizar o acesso ao conhecimento, promover a alfabetização científica, orientar decisões informadas e incentivar a mobilização popular. Influenciadores digitais, por sua vez, ganham uma responsabilidade significativa, possuindo impacto multifacetado na comunicação contemporânea, na formação da opinião e percepção pública. Essa dimensão é essencial, uma vez que, decisões não são feitas apenas de evidências científicas. Para serem justas e inclusivas, devem estar alinhadas à opinião pública. Somente assim poderemos enfrentar desafios globais e sistêmicos, como a crise climática, garantindo que ninguém fique de fora.

Nesse cenário, nasce a página Clima Tenso entre os Brotheres (@climatenso.bro), presente nas plataformas Instagram, TikTok e Youtube. A iniciativa parte de uma jovem bióloga que acredita em um futuro construído coletivamente, onde cuidado com a natureza e justiça social caminham lado a lado.

O projeto aposta no chamado “edutenimento” – uma fusão entre educação e entretenimento – em que memes, ironias e provocações digitais convivem com dados e evidências científicas. O próprio nome do perfil, que faz um trocadilho com um bordão de um reality show popular, indica a proposta criativa e divertida para divulgar ciência sobre mudanças climáticas. Assim, o humor é usado como recurso estratégico para reduzir o distanciamento sobre o tema, expondo contradições, desarmando discursos de poder e, ao



mesmo tempo, dando fôlego para lidar com um mundo marcado por crises constantes.

Além das postagens de humor, crítica social e divulgação científica, a iniciativa desenvolve quadros para ampliar as formas de diálogo. O “Resenha Climática” utiliza a estratégia didática de relacionar filmes, séries e livros às mudanças climáticas, aproximando o público de um conteúdo complexo. O quadro “Band-Aid Ecológico” convida a repensarmos nossos hábitos, não como uma forma de responsabilização individual, mas para reavaliarmos nossa relação com a natureza. Já o “Confessionário” cria um espaço de acolhimento abordando o medo do futuro e a ecoansiedade através da Filosofia e Psicologia.

Reconhecendo os impactos psicológicos da crise climática, o projeto valoriza uma comunicação cuidadosa, sem negar a gravidade do problema, mostrando que a comunicação ambiental não precisa ser sinônimo de alarmismo e mensagens apocalípticas, mas pode propor um engajamento com esperança e criatividade, fortalecendo a percepção de que ninguém está sozinho diante da maior urgência do nosso tempo.

O recado é claro: compreender e agir diante da crise climática é urgente. Mas é também um convite para rir, aprender e se engajar de forma coletiva, reconhecendo que todos temos um papel a desempenhar. Informar é também resistir, e comunicar com criatividade é um ato político de construção de futuros legítimos e inclusivos, onde caminhamos juntos, **sem deixar ninguém para trás.**

Fruto do Marajó – Cordel da Juventude

Autora:
Elicarla Feio Silva, 26 anos,
Rio de Janeiro, RJ

Eu sou filha do Marajó, terra de igarapé e palafita,
onde a água ensina, o vento fala e a vida se agita.
Do açaí roxinho, do cupuaçu e do tucupi,
aprendi que cuidar da Terra é trampo pai d'égua!

Com treze anos parti, deixando casa e manguezal,
levando no peito esperança e sonho sem igual.
Minha mãe marejada me olhou, mas deixou eu ir,
porque sabia que jovem bom nasce pra resistir.

Na Conferência encontrei chão pra plantar minha
voz,
onde maninho e maninha têm vez, e o futuro se faz
por nós.
Lá cada ideia é semente, cada gesto é canção,
e a luta socioambiental bate forte no coração.

Aprendi que rio é vida, peixe é história,
que igarapé e igapó guardam memória.
Que o boto e a matinta, que a iara e o curupira,
e a cobra grande também, protegem a floresta que
gira.
Eles ensinam a molecada a respeitar mato e
mangue,
pra gente não deixar a Amazônia virar bagunça.

Nossa juventude se levanta, com barro e tinta na
mão,
pra defender a água, a floresta e todo chão.
Com chibé, maniçoba, tacacá e tucupi quentinho,
celebramos a cultura e protegemos nosso cantinho.

O carimbó nos embala, a ciranda nos guia,
cada roda, cada canto, fortalece nossa
energia.

No Marajó, no Pará, maninho e maninha é
resistência,
cada passo que damos é pura persistência.

Na Conferência, a fala miúda espoca de
emoção,
sacode o Pará, acende o fogo e faz revolução.
Lá a semente do futuro brota em cada
coração,
cresce com cuidado, coragem e paixão.

Sou fruto dessa luta, semente que não se
cala,
rompo o chão, floresço e minha voz se
instala.
Levo no peito o fogo, a força e a tradição,
de quem protege a vida, a água e a plantação.

De uma filha do Marajó,
fruto da Conferência,
com alma de água, barro e esperança na
palma da mão.

Sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e a justiça climática: ações de educação alimentar e nutricional no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR)

RESUMO

O Brasil saiu do mapa da fome, mas a insegurança alimentar persiste no País, por isso são essenciais políticas públicas para minimizar os impactos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) disponibiliza alimentação escolar e ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) aos alunos da rede pública. A pesquisa “Ações de educação alimentar e nutricional na disciplina de alimentos e bebidas 1, frente a situação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR)”, foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob parecer nº 7.792.368. Um estudo de caso descritivo e exploratório foi conduzido no CTUR, em Seropédica - RJ, de agosto a setembro de 2025. A pesquisa analisou as ações da EAN na disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha do curso Técnico em Hospedagem, motivada ainda mais pela situação de insegurança alimentar que acomete os alunos devido à ausência do PNAE na instituição. Observou-se diversas estratégias em prol da alimentação saudável e sustentável, por meio de ações nas aulas práticas, que priorizam os alimentos agroecológicos. Sugere-se que seja efetivamente implementado o PNAE, para garantir o direito da alimentação a todos os alunos do CTUR. Além disso, a concretização dessa política pública é essencial para a efetivação das estratégias de EAN que o PNAE prevê. Essas ações educativas trazem benefícios, promovendo a formação de jovens, por meio do fomento de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e justos.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional, insegurança alimentar, alimentação escolar, agricultura familiar, alimentos e bebidas, produção agroecológica, sistemas alimentares.

INTRODUÇÃO

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, baseada em práticas

Autores:

João Gabriel Valentim Ribeiro da Silva Maria¹

Luzia Borges Vieira, Mirella da Silva Reis¹

Amanda Spacca Rodella da Rocha¹

Davi Carlos¹

Nascimento Santiago¹

Fernanda Travassos de Castro²

Katia Cilene Tabai³

produtivas adequadas e sustentáveis, contemplado no artigo 6º. da Constituição Federal como direito social, na emenda constitucional nº. 64, apenas em 2010 (BRASIL, 2010 citado por GUILHERME et al, 2021).

Embora a Insegurança Alimentar (IA), a fome ainda persiste, o Brasil saiu novamente do mapa da fome, pois reduziu a IA em 2,5% da população brasileira (FAO, 2025). Diante desse cenário, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destaca-se como uma política pública essencial, que oferece alimentação escolar e ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) aos estudantes da rede pública de ensino. A eficácia dessas iniciativas é potencializada pela intersetorialidade, fundamental para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que busca a articulação de diferentes áreas (saúde, educação, agricultura, meio ambiente) para a construção de soluções abrangentes e duradouras (BRASIL, 2009).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os governos formulem e atualizem periodicamente diretrizes nacionais sobre alimentação e nutrição, respeitando principalmente as mudanças nos hábitos alimentares e nas condições de saúde da população, com o propósito de apoiar a EAN e subsidiar políticas e programas nacionais de alimentação e nutrição, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE (BRASIL, 2014).

Importante frisar que em tempos de pandemia global, ou seja, a concomitância das três epidemias: subnutrição, obesidade e mudanças climáticas, é um desafio a ser enfrentado, em consonância com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) (WILLET et al, 2019).

Cabe ainda destacar a importância do ato de cozinhar, como uma ferramenta pedagógica importante

¹ Discente do Curso Técnico em Hospedagem. Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR)

² Docente do Curso Técnico em Hospedagem (CTUR/UFRJ)

³ Professora Titular da UFRJ.

ao fomento da EAN e da SAN, especialmente para o público jovem, pelo resgate das habilidades culinárias que empodera os indivíduos, valorizando alimentos in natura e minimamente processados, a compreensão dos ciclos alimentares e a conexão com a cultura e o território (BRASIL, 2014). Devido a importância do tema e a necessidade de mais estudos atuais, justifica-se a necessidade desta pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa “Ações de educação alimentar e nutricional na disciplina de alimentos e bebidas 1, frente à situação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR)” foi desenvolvida no CTUR, localizado no município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, após aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CEP), sob parecer nº 7.792.368.

Trata-se de um estudo de caso, por meio de pesquisa aplicada, de natureza descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, sobre a interdisciplinaridade da SAN, da EAN e das estratégias capazes de promover sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos. A pesquisa foi realizada, de agosto a setembro de 2025, por meio de observação participante e análise documental, abrangendo registros audiovisuais e textuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A alimentação escolar desempenha um papel importante na promoção de bons hábitos alimentares, no desenvolvimento humano, no desempenho escolar e na redução das taxas de evasão escolar. Para minimizar a falta da implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR), algumas estratégias vêm sendo adotadas no local, como ações em EAN, nas aulas de alimentos e bebidas 1 - cozinha, para as turmas do curso Técnico em Hospedagem.

O projeto de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no CTUR, teve início em 2011 e de 2022 a 2024, excepcionalmente, foi financiado pela Fundação Britânica Be The Earth. Os recursos recebidos foram destinados à compra de alimentos da produção agroecológica de produtores familiares locais, especialmente os comercializados na Feira de Agricultura Familiar (FAF) da Universidade Rural. Os insumos foram utilizados no preparo de receitas saudáveis, sustentáveis e justas, valorizando a cultura alimentar local, a sustentabilidade na produção e consumo de alimentos (CARVALHO et al, 2025).

Algumas ações de EAN realizadas no CTUR para promover no ambiente escolar intervenções que fortalecem e incentivam o consumo de alimentação adequada e saudável, por meio da valorização da comida de verdade, inclusive para estimular o consumo consciente, serão elucidadas a seguir por meio das imagens que foram capturadas, desde a produção agroecológica no colégio, do curso Técnico em Agroecologia, percorrendo a colheita dos alimentos, a preparação das receitas até a mesa servindo os pratos, pelos alunos do curso de Hospedagem, que utilizam principalmente alimentos orgânicos e Plantas Alimentícias Não Colonizadas (PANC's), fomentando a produção local e o pertencimento deste território (Figura 1).



Figura 1. Produção agroecológica de mudas, colheita e preparação com PANC's, respectivamente no CTUR/UFRRJ, em Seropédica - RJ. João Victor Vidal Golvêa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conexão de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), desde o campo até a mesa, estimula no aluno o consumo consciente de alimentos, fomenta o ato de cozinhar, que transcende a simples preparação de refeições, constituindo-se como prática educativa que promove autonomia, escolhas alimentares adequadas e saudáveis e a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

A Insegurança Alimentar é um pilar da injustiça social e climática. Nesse contexto, a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional visam uma nova ordem alimentar que articula políticas e práticas sociais, incluindo hábitos alimentares adequados, por meio de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, justos e justiça climática. A EAN, nesse cenário, é um instrumento importante para a promoção de alimentação saudável e uma estratégia das políticas públicas intersetoriais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE.

⁸ Entende-se que a EAN é uma área de conhecimento com prática contínua e permanente, com uma óptica plural, intersetorial e multiprofissional, focada na promoção de práticas independentes e espontâneas de hábitos alimentares saudáveis, sendo inclusive incorporada ao currículo escolar dos alunos no Brasil, como tema transversal desde 2018, pela Lei nº 13.666 (BRASIL, 2018).

⁹ Atualmente, a cesta básica de alimentos no Brasil, por meio do Decreto nº 11.936/2024, isentou impostos dos alimentos considerados in natura ou minimamente processados, buscando garantir o direito à alimentação saudável, a soberania alimentar e respeitar a biodiversidade, com a inclusão dos diferentes vegetais (BRASIL, 2024).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.936 de 5 de março de 2024. Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar. Diário Oficial da União. 2024 Mar 6. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11936-5-marco-2024-795353-publicacaooriginal-171158-pe.html> Acesso em: 10 março 2024.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/a-coes-e-programas/programas/pnae> Acesso em: 18 set 2025.

BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm Acesso em: 15 março 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2.ed., 1.reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view Acesso em: 23 ago 2025.

CARVALHO, N. P. N.; CASTRO, F. T.; LIMA, E. C. S.; NEVES, D. C. G.; SOUZA, M. L. O. A.; SANTOS, M. M.; TABAI, K. C. Gastronomia funcional como estratégia ao turismo rural: alimentos agroecológicos nas aulas do curso de hospedagem do Colégio Técnico -UFRRJ. In: Brambilla, A.; Vanzella,

E.; D'Onofre, D.G.; Freitas, P.; Almeida, S. (Org.). Turismo hotelaria no contexto do turismo rural. 1ed. João Pessoa: CCTA, 2025, p. 178-215. Disponível em: https://www.academia.edu/128536908/Turismo_and_Hotelaria_no_contexto_do_Turismo_Rural Acesso em: 21 ago 2025.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2025. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 – Addressing high food price inflation for food security and nutrition. Rome. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/ea9cebff-306c-49b7-8865-2aef3bfd25e2> Acesso em: 01 ago 2025.

GUILHERME, R.A.M.; CARVALHO, E.P.; TABAI, K.C. O impacto da pandemia da Covid-19 na (in)segurança alimentar da população brasileira sob a ótica intercultural e interdisciplinar. Revista Faz Ciência, v. 23, n.37, p.165-182, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/rfc.v23i37.27024> Acesso em: 10 jun 2022.

WILLET, W.; ROCKSTROM, J.; LOKEN, B.; SPRINGMANN, M.; LANG, T.; VERMEULEN, S. et al. Food in the Anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. Lancet, 393, p. 447-92, 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)31788-4/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)31788-4/abstract) Acesso em: 19 março 2020.

¹⁰ Este projeto foi contemplado pelo Programa de Iniciação Científica do Ensino Médio (PIBIC-EM) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

¹¹ À Daniele Custódio Gonçalves das Neves, ativista no Combate à fome, do Programa “Frente Alimentar” e Doutoranda em Alimentos e Nutrição - Faculdade de Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), agradecemos pelo repasse financeiro disponibilizado pela Fundação Be The Earth.

¹² Seguem os links de acesso aos vídeos publicizados deste projeto: “Agricultura familiar no prato: vivências na disciplina de Alimentos e Bebidas I - Cozinha do CTUR” <https://youtu.be/sixx1wbSCm0?si=39Wa8Ak8xryfR6Fi> “Ações de educação alimentar e nutricional nas aulas de alimentos e bebidas 1 do Ctur” <https://youtu.be/aymT3PgE0os?si=R1kYKD60bdi72dxm>

¹³ Agradecimento especial ao Dr. Hugo Hermsdorf das Neves, engenheiro agrônomo, responsável pela produção agroecológica do CTUR, pela parceria neste projeto

¹⁴ Uma das autoras, ex-bolsista PIBIC-EM-CNPq (UFRRJ).

¹⁵ Bolsista do Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional do CTUR/UFRRJ.

Reviva Caatinga: juventude, educomunicação e inovação socioambiental no Sertão Produtivo

O Reviva Caatinga é uma iniciativa criada e conduzida por jovens do território do Sertão Produtivo, no Sudoeste da Bahia, que vem transformando o modo como a educação ambiental é vivida e percebida dentro das escolas e comunidades rurais. O projeto nasceu em 2024 a partir da inquietação de estudantes sobre a falta de conteúdos específicos acerca do bioma Caatinga no currículo escolar e da ausência de espaços de diálogo sobre as mudanças climáticas a partir da realidade local. Desde então, consolidou-se como uma experiência de educomunicação e inovação social, tornando-se referência no engajamento juvenil em defesa do meio ambiente.

Entre os principais alcances do projeto, destaca-se sua capacidade de unir escola e comunidade. As ações já mobilizaram centenas de estudantes do ensino médio de Guanambi e de comunidades rurais vizinhas, através de oficinas temáticas, rodas de conversa, aulas de campo e vivências culturais. Esse processo resultou não apenas no aprendizado formal, mas em um fortalecimento da identidade socioambiental local, ampliando a percepção dos jovens sobre a relevância do bioma Caatinga e de sua relação direta com as mudanças climáticas globais.

A educomunicação é o fio condutor de todas as etapas do Reviva Caatinga. Por meio da produção de conteúdos digitais — postagens em redes sociais e materiais educativos —, os jovens não apenas aprendem, mas também ensinam e difundem suas experiências, alcançando públicos diversos dentro e fora do território. Esse caráter comunicativo ampliou a visibilidade do projeto, permitindo que suas ações circulassem em ambientes acadêmicos, eventos regionais e redes de ativismo juvenil, inspirando outros coletivos no Brasil a trabalharem com a mesma perspectiva de integração entre comunicação, educação e meio ambiente.

Outro ponto de relevância é a inovação territorial promovida pela iniciativa. Ao invés de repetir narrativas hegemônicas que associam a Caatinga à seca e à pobreza, o projeto ressignifica o bioma como espaço de potência, cultura e futuro. A ênfase em práticas pedagógicas inovadoras, como a valorização dos saberes tradicionais, a música, a arte e o protagonismo juvenil, constrói novas formas de pensar e agir frente à crise climática. Nesse processo, a juventude sertaneja assume o papel de sujeito ativo e

não de mero espectador, reinventando a maneira como a educação ambiental é realizada.

A importância do Reviva Caatinga também se expressa na sua capacidade de inspirar outras experiências. O projeto demonstra que, mesmo em contextos de dificuldades estruturais, é possível desenvolver iniciativas criativas e de grande impacto quando os jovens têm espaço para liderar. Em um cenário em que o êxodo rural ainda marca a realidade de muitos jovens da Caatinga, o Reviva se coloca como alternativa, criando vínculos identitários com o território e mostrando que é possível construir perspectivas de futuro sem abrir mão das raízes culturais e ambientais.

Com isso, a experiência reafirma a centralidade da juventude catingueira nas lutas por justiça climática e por reconhecimento. Ao aproximar escolas, comunidades e redes de comunicação, o Reviva Caatinga amplia o debate sobre sustentabilidade e fortalece a participação cidadã. Sua trajetória comprova que projetos conduzidos pela juventude podem se transformar em modelos de inovação social e educativa, abrindo caminhos para novas práticas de resistência e transformação em outros biomas e regiões do país.

O Reviva Caatinga não é apenas um projeto, mas um movimento que alia juventude, educomunicação e meio ambiente. Seu alcance, visibilidade e importância se dão justamente por mostrar que, quando a juventude ocupa o centro das decisões, a educação ambiental ganha novos sentidos, tornando-se mais democrática, crítica e transformadora. Assim, a experiência se coloca como uma inspiração para iniciativas em todo o Brasil que desejem fortalecer a voz dos jovens e promover a sustentabilidade a partir do território.

Autora:

Alice Carvalho da Silva Santos, 19 anos,
Guanambi, BA

Juventudes Periféricas e Justiça Climática na Mata Atlântica: a experiência do Coletivo Ayé em Realengo, Zona Oeste do Rio de Janeiro - RJ

Autora:

Liriel Farias, 23 anos,
Realengo, RJ

A Mata Atlântica é um bioma de potências e contradições. Guardiã de uma das maiores biodiversidades do mundo, ela também carrega a marca da devastação histórica, resultado da urbanização desigual e da lógica excludente que estrutura cidades como o Rio de Janeiro. Em Realengo, Zona Oeste, essa herança aparece no cotidiano de enchentes, poluição, falta de áreas verdes e a sensação de que a natureza foi afastada. A juventude cresce nesse atravessamento, vivendo os efeitos da crise climática de forma direta e injusta.

Foi nesse contexto que, em 2024, floresceu o Coletivo Ayé. Um grupo de jovens que decidiu transformar exclusão em força coletiva. O Ayé nasce como prática insurgente, afirmando uma educação socioambiental e antirracista que se ancora na ancestralidade, na cultura e no direito à cidade. Seu lema, **“Cultivando consciência e celebrando a diversidade”**, não é apenas frase, mas movimento, é sobre reconectar juventudes periféricas à Mata Atlântica que resiste, à memória de quem veio antes e à possibilidade de um futuro onde o território seja respeitado.



Foto1. Autoria própria

O Coletivo Ayé parte da certeza que a juventude periférica não é apenas vítima da crise climática, mas sujeito ativo na criação de soluções. Em Realengo, o racismo ambiental se revela nas ruas sem saneamento, na ausência de coleta seletiva, na falta de políticas públicas que enxerguem a periferia como parte da cidade. Mesmo assim, os jovens transformam escassez em potência e organizam experiências de futuro a partir da educação popular e da coletividade.

As metodologias do Ayé transitam entre a prática e o afeto com oficinas de reciclagem, rodas de conversa sobre ancestralidade afro-brasileira e indígena, mutirões, produções artísticas e campanhas

educativas. Tudo isso fortalece vínculos, valoriza identidades e conecta justiça climática com pertencimento cultural. O impacto aparece no cotidiano com crianças e jovens aprendendo a cuidar da terra, moradores reconhecendo o valor das atividades e uma comunidade que passa a se ver como protagonista da preservação.

Cuidar da Mata Atlântica, no olhar do Ayé, é lutar pelo direito à cidade. É enfrentar enchentes e queimadas, mas também o racismo, a desigualdade e a invisibilidade. O coletivo mostra que não há separação entre justiça social e ambiental, porque a lógica excludente da cidade afeta de modo desigual corpos, territórios e vidas. Mais do que resistência, o Ayé é criação. Sua prática mostra que a justiça climática precisa ser interseccional, reconhecendo que raça, gênero, classe e território definem os impactos e também os caminhos da regeneração. Do mutirão à roda de conversa, cada ação afirma que a juventude periférica tem papel central na preservação da Mata Atlântica e na construção de cidades mais justas.

A experiência em Realengo revela que a periferia não apenas resiste, mas cria mundos possíveis. É na vivência cotidiana, nos cuidados compartilhados e na inventividade da juventude periférica que a transformação acontece. A Mata Atlântica resplandece também nesses territórios urbanos, mesmo quando as políticas públicas falham em reconhecer sua importância. É do chão da periferia, entre rodas de conversa e mutirões, que brotam futuros sustentáveis, futuros que respeitam a diversidade, a memória ancestral e o direito à cidade.

Cada ação, cada oficina, cada gesto de cuidado revela que a justiça climática não é abstrata, ela se constrói no território, no afeto e na ação coletiva. Cuidar do bioma é cuidar das pessoas que nele vivem, das crianças que aprendem a plantar, dos jovens que aprendem a se organizar e das comunidades que se fortalecem ao reconhecerem seu valor histórico e cultural. A Mata Atlântica, assim, não é apenas floresta; ela é também resistência, educação e futuro. Em Realengo, a periferia nos ensina que criar é um ato de amor e insurgência. É plantar consciência, colher identidade, semear coletividade. E é desse chão que florescem caminhos possíveis para um mundo mais justo, plural e sustentável, onde natureza, cultura e juventude caminham juntas.

Cordel - Juventudes com a caatinga

Autora:

Alice Carvalho da Silva Santos, 18 anos,
Guanambi-BA,

No chão quente do Sertão
Que o sol forte lumia,
Mora a voz da juventude
Cheia de força e poesia.
É na Caatinga sagrada
Que se ergue nossa ousadia.

Dizem que aqui só tem seca,
Que é só tristeza e desgosto,
Mas quem nasce nesse chão
Traz resistência no rosto.
Juventude caatingueira
Faz da luta o seu posto.

Sonha às vezes ir embora,
Ver o mundo, conhecer,
Lá na cidade grande
Outro rumo percorrer.
Mas no peito a Caatinga
Faz saudade florescer.

Quem parte leva no sangue
A cor dessa imensidão,
O cheiro de chão molhado,
O aboio do caminhão,
O forró de fim de tarde
E a fé do povo irmão.

Mas quem fica não é fraco,
É guerreiro sem igual,
Defende a terra querida,
Transforma o bem no quintal.
De cada gotejo d'água
Faz nascer um novo ideal.

Do mandacaru se aprende
Que é possível resistir,
Mesmo em meio à estiagem
A esperança há de florir.
Quem defende a mãe Caatinga

Não se cansa de insistir.
O semiárido ensina
Paciência e coração,
Ensina a esperar a chuva,
A plantar em mutirão.
Ensina que a resistência
É raiz dessa nação.

Jovens seguem semeando
Novas formas de viver,
Criam horta, criam arte,
Criam jeito de aprender.
Pois cuidar da mãe Caatinga
É cuidar do próprio ser.

E se vão para a cidade
Buscar estudo e saber,
Prometem voltar um dia
Para o Sertão proteger.
Pois aqui é que se aprende

O que é nunca esmorecer.

Não é só bioma agreste,
É também nossa raiz,
É história, é identidade,
É futuro que se diz.
Com a juventude unida,
A Caatinga é mais feliz.

E que o mundo nos escute,
Da Amazônia ao litoral:
O Sertão tem juventude
De coragem sem igual.
Defender a Caatinga é luta
Pela vida universal.



Foto 1. Da própria autora

Tráfico de animais silvestres e justiça climática: O papel da juventude na prevenção das zoonoses e preservação da biodiversidade

Autores:

Isabela de Paula Prates, 23 anos,
Alex Junio Aparecido Costa, 23 anos,
Sete Lagoas, MG

O tráfico de animais silvestres configura uma das atividades ilícitas mais rentáveis da atualidade, com impactos que transcendem a perda direta de biodiversidade. Além de acelerar o declínio de espécies e comprometer relações ecossistêmicas essenciais, essa prática intensifica os riscos associados à emergência de zoonoses e contribui para processos de degradação ambiental que agravam a crise climática (UNODC, 2024).

A retirada ilegal de espécies de seus habitats naturais altera cadeias tróficas, prejudica serviços ecossistêmicos e reduz a resiliência ambiental. Animais que desempenham papéis-chave como polinizadores, dispersores de sementes ou predadores de topo – ao serem retirados, comprometem processos essenciais de regeneração florestal e equilíbrio populacional. Segundo Ripple et al. (2019), a perda desses agentes ecológicos acelera a degradação dos ecossistemas, resultando em menor capacidade de estocagem de carbono e intensificação das mudanças climáticas.

Esse processo é agravado pela fragmentação de habitats, prática frequentemente associada ao tráfico, que amplia a vulnerabilidade das populações animais e reduz a variabilidade genética, dificultando a adaptação às mudanças ambientais (IPBES, 2019). Portanto, o tráfico não apenas ameaça espécies isoladas, mas enfraquece mecanismos naturais de mitigação climática, criando um círculo vicioso de perda de biodiversidade e intensificação do aquecimento global.

Além disso, o comércio ilegal de fauna aumenta a exposição humana a patógenos de origem silvestre, evidenciando o elo entre degradação ambiental, zoonoses e mudanças climáticas. Conforme aponta a OMS (2020), as alterações climáticas ampliam a distribuição geográfica de vetores e reservatórios, ao passo que o tráfico intensifica os contatos de risco, potencializando emergências sanitárias de impacto global.

Nesse cenário, discutir o tráfico de animais sob a ótica climática torna-se uma necessidade ética e política. A justiça climática reforça que os impactos da degradação ambiental recaem de forma mais severa sobre populações vulneráveis, especialmente em regiões tropicais onde a pressão sobre a fauna é mais intensa. Portanto, políticas de combate ao tráfico



precisam ser integradas às agendas climáticas internacionais, considerando não apenas a proteção da biodiversidade, mas também a mitigação de riscos associados ao aquecimento global e à saúde única.

A juventude ocupa posição estratégica nesse debate, seja pela capacidade de engajamento comunitário, seja pelo domínio de tecnologias inovadoras, como sistemas de monitoramento por satélite, inteligência artificial e ciência cidadã (Silva et al., 2023). Nesse cenário, destaca-se o aplicativo SISS-Geo, ferramenta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações que permite o registro de ocorrências de fauna, unindo ciência cidadã e monitoramento em tempo real. Ao utilizar plataformas como essa, os jovens não apenas ampliam a produção de dados sobre biodiversidade, mas também contribuem para políticas de prevenção ao tráfico de animais e vigilância de zoonoses. Assim, ao aliar educação ambiental, protagonismo social e ferramentas digitais, eles fortalecem uma narrativa transformadora, capaz de conectar a proteção da fauna à urgência climática e à saúde planetária.

Em suma, falar sobre o tráfico de animais silvestres no contexto da mudança climática é reconhecer que não há soluções isoladas para crises globais. Combater o tráfico é também mitigar emissões indiretas, fortalecer ecossistemas, reduzir o risco de zoonoses e promover justiça climática. O silêncio sobre essa conexão invisível enfraquece respostas coletivas; por isso, torna-se urgente dar visibilidade a essa interdependência e construir políticas públicas integradas e sustentáveis.

Relatos de uma Jovem Ribeirinha no Coração da Amazônia: Construindo Justiça Climática pelo Poder Legislativo em Abaetetuba

Autora:

Raiane Ribeiro Cardoso, 29 anos,
Abaetetuba, PA

Como uma jovem ribeirinha oriunda das ilhas de Abaetetuba, no coração da Amazônia paraense, minha trajetória é marcada pelo compromisso inabalável com as comunidades rurais e vulneráveis que enfrentam diariamente os impactos das mudanças climáticas. Nascida e criada na zona rural, onde os rios ditam o ritmo da vida e a floresta é o sustento, eu, Raiane Ribeiro Cardoso, de 29 anos, carrego em mim a essência da luta por justiça climática. Desde 2022, atuo no Poder Legislativo Municipal de Abaetetuba, no Estado do Pará, onde transformo meu conhecimento acadêmico e minha vivência pessoal em ferramentas para amplificar as vozes das juventudes amazônicas nas discussões ambientais. Como doutoranda em Ciências Ambientais, vejo na política local uma ponte essencial para construir sociedades mais equitativas e sustentáveis, alinhadas ao tema desta edição: "Juventudes na Construção da Justiça Climática".

Minha contribuição começa no dia a dia da Câmara Municipal, onde oriento vereadores e ajudo a moldar políticas públicas que priorizam a vulnerabilidade socioambiental. Sob a liderança do presidente da atual legislatura, estamos trabalhando ativamente para implementar a Agenda 2030 na administração pública municipal. Essa iniciativa, guiada pela Missão Ambiental da Câmara, visa integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas decisões legislativas. Por exemplo, oriento os parlamentares por meio de formações e eventos, ajudando-os a propor projetos de lei que beneficiem comunidades ribeirinhas afetadas por enchentes, desmatamento, perda de biodiversidade, falta de saneamento e outras problemáticas. Essas propostas incluem medidas para proteção de manguezais, promoção de agricultura sustentável e criação de fundos para adaptação climática, projetos para resíduos, criação de unidades de conservação sempre com foco na inclusão de jovens e populações tradicionais.

Um dos marcos recentes da minha atuação foi a coordenação do Terceiro Fórum Legislativo Municipal de Abaetetuba, realizado com o intuito de ouvir diretamente a população. Nesse evento, reunimos mais de 200 participantes, incluindo jovens, lideranças comunitárias e especialistas, para debater os desafios climáticos locais, como a erosão de ilhas, desenvolvimento local e a contaminação de rios por atividades extrativistas. Ao final, formalizaremos uma carta conjunta entre entidades civis, governamentais e

juvenis, que será encaminhada à COP30. Essa carta denuncia desigualdades climáticas e propõe ações concretas, como o fortalecimento de redes de monitoramento comunitário e a integração de conhecimentos tradicionais nas políticas nacionais. Foi um espaço de educação poderosa, onde jovens como eu puderam não só relatar experiências, mas inspirar ações replicáveis em outros municípios amazônicos.

Tudo o que faço é ancorado no local onde trabalho: a Câmara Municipal serve como plataforma para capacitar, orientar e formar vereadores, garantindo que as discussões ambientais cheguem ao plenário com rigor e empatia. Através da Ouvidoria da Câmara, recebo demandas diretas das comunidades, relatos de falta de água, situações de saúde, falta de saneamento básico e as encaminho para as instâncias competentes, preparando relatórios que subsidiam projetos de lei. Visito regularmente as ilhas de origem, como as da zona rural de Abaetetuba, para conectar o legislativo à realidade do campo. Essa ponte entre o poder público e as bases populares é crucial para a justiça climática, pois empodera juventudes a influenciar decisões que afetam seu futuro.

Meu compromisso não é passageiro; pretendo continuar por muitos anos, pois minha origem ribeirinha me impele a retribuir à comunidade que me formou. Em um bioma como a Amazônia, onde as mudanças climáticas amplificam desigualdades históricas, ações como essas mostram que jovens podem ser agentes transformadores. Inspirada pela Revista Juventudes e Meio Ambiente, espero que minha experiência motive outras iniciativas: imagine fóruns legislativos juvenis se multiplicando pelo Brasil, cartas à COP30 ecoando vozes marginalizadas, e políticas locais construindo resiliência climática. A justiça climática não é um ideal distante ela se constrói no cotidiano, com dedicação e colaboração.

LabNarra: juventude tecendo narrativas regionais pela Amazônia de Pé

Autora:
Danielle Assis, 28 anos,
Rio de Janeiro, RJ

Desde 2022, o movimento Amazônia de Pé se mobiliza para coletar assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) Amazônia de Pé em todo o território nacional.

Trata-se de um projeto para destinar 50 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia para povos indígenas, quilombolas e unidades de conservação. De acordo com o Observatório de Florestas Públicas (OFP), essa área é equivalente ao tamanho do estado da Bahia, e é onde ocorre a maior parte dos crimes socioambientais na Amazônia atualmente, como grilagem de terras e incêndios ilegais.

Através de ativistas, coletivos e movimentos parceiros, a Amazônia de Pé está espalhada em todos os 27 estados do país, tecendo diálogos sobre a importância de garantir a proteção dessas florestas públicas na Amazônia e dos direitos de seus povos, assim como de agir coletivamente para frear a emergência climática global.

Sendo um movimento do Brasil pela Amazônia, no entanto, as juventudes que constroem o movimento enfrentam um desafio de Comunicação: as diversidades regionais do Brasil. Falar sobre a Amazônia com a região Norte é muito diferente de falar com a região Centro-Oeste, que por sua vez é diferente do Sul, do Nordeste e do Sudeste.

COMO É POSSÍVEL INICIAR DIÁLOGOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA FLORESTA EM PÉ COM BRASILEIROS QUE VÊM DE TERRITÓRIOS TÃO DIFERENTES?

Foi a partir dessa pergunta que nasceu o Laboratório de Narrativas Regionais sobre a Amazônia – o LabNarra. No primeiro semestre de 2025, dez jovens, dois de cada região do Brasil, uniram-se para escutar, pesquisar e cocriar narrativas que conectassem a realidade local de cada território com a defesa da Amazônia e a urgência climática global.

O primeiro passo foi a escuta. Parecido a um grupo focal, com metodologia unificada pensada pela equipe da Amazônia de Pé, os jovens se juntaram para conversar, em roda, com as pessoas de suas comunidades. Espalhados pelo país, cada um dos dez LabNarriers ouviu pessoas de seus territórios acerca de percepções, angústias e saberes sobre a crise climática e os biomas. De aldeias no Acre a periferias de São Paulo, de quilombos no Cerrado a universidades no Sul do país, escutar brasileiros vindo de lugares diversos mostrou como a crise climática é sentida por todos, mas experienciada de formas diferentes, sobretudo, e como as soluções brotam da organização comunitária e dos saberes ancestrais.

Após o momento de escuta da própria comunidade, os dez jovens se reuniram em Brasília, no coração do Cerrado e no centro da política nacional, para um laboratório presencial de dois dias. Desse encontro, surgiram argumentos, frases de mobilização e elementos visuais regionalizados, que foram transformados em materiais de comunicação para a Virada Cultural Amazônia de Pé 2025. Além disso, os jovens puderam compartilhar um pouco do processo em uma oficina com dezenas de parceiros de base da





Amazônia de Pé, que naquele momento estavam organizando mais de 300 ações em seus territórios em setembro de 2025 — mês da Amazônia, ano da COP30. Tudo foi registrado, também, em um documento de acesso livre e gratuito, que ficou como legado do projeto e aprendizado para futuras mobilizações.

Cada região, no final, trouxe contribuições únicas: no Norte, a defesa da floresta como corpo-território e a necessidade de aquilombar e aldear pela Amazônia de pé; no Nordeste, a luta integrada entre mangues, sertão e Amazônia, e a luta pela preservação da memória; no Centro-Oeste, a conexão entre os biomas, a importância das águas e a pressão do agronegócio; no Sudeste, o racismo ambiental e a luta por segurança e moradia; e no Sul, a relação entre enchentes históricas e o desmatamento da floresta.

O LabNarra nasce como um projeto de comunicação e se desenvolve como um exercício de escuta, tradução e reconexão. Mostra que a juventude está, de fato, entre os grupos mais afetados pelos impactos da crise climática, mas é também quem se coloca na linha de frente da luta climática, viabilizando diálogos intergeracionais e conectando saberes e soluções.

Como um laboratório experimental, vivo e dinâmico, o LabNarra não pretende trazer verdades absolutas. O Mestre Nego Bispo ensinou que nada começou com a gente, nem vai terminar na gente. As narrativas criadas no LabNarra são resultado do que a confluência de territórios e ancestralidades permitiu que esses jovens cocriassem. Que seja um laboratório vivo, e que inspire novos encontros e métodos para pensar comunicação e narrativa.



Educação
Ambiental
VIRA O JOGO



AS JUVENTUDES SABEM **VIRAR** **ESSE JOGO!**

O clima está revoltado...

nesse jogo contra a crise climática,
a gente não pode perder.

Enquanto o mundo discute metas e acordos, milhares de jovens já estão em campo: em casa, nas escolas, nas redes, nos saberes de seus territórios, em suas ancestralidades, na resistência e na ação.

Esse é o jeito das juventudes fazerem Educação Ambiental. Assim, ensinam ao mundo que a mudança já começou! Vamos mostrar que o nosso time é **DE VIRADA!**

Quando você entrar em campo para mostrar que *o futuro não se espera, se constrói*, conta pra gente!



Compartilhe fotos e vídeos

Mostrando como você
está virando o jogo
no seu território

com a hashtag:

#EducacaoAmbientalViraoJogo



Bora encher as redes de
exemplos de viradas e
inspirar outras pessoas
a agir pelo planeta.
É hora de virar o jogo!

Apoio:



Realização:



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA



Potencial Energético do Ceará, Juventudes e Direito Internacional: Caminhos para uma Transição Energética Justa

Autora:
Sophia Frota Gomes

RESUMO

O artigo analisa o potencial do Ceará como fornecedor de hidrogênio verde à União Europeia, sob a ótica do Direito Internacional, com destaque para a inserção das juventudes e a construção da justiça climática. O estudo parte da crise energética europeia, agravada pela guerra na Ucrânia e pela dependência de combustíveis fósseis russos, bem como da meta de neutralidade de carbono até 2050. O Ceará apresenta condições estratégicas – clima favorável, abundância de recursos renováveis, infraestrutura em expansão e localização geográfica privilegiada. O texto aborda os conceitos de segurança energética (interesse europeu) e soberania energética (prerrogativa brasileira), analisando o papel do Direito Internacional como mediador, por meio do Acordo de Paris, parcerias bilaterais e contratos privados internacionais. São apontados desafios, como a falta de um marco regulatório nacional para o hidrogênio verde, o caráter não vinculativo de memorandos de entendimento e riscos de gentrificação energética. Argumenta-se que o protagonismo juvenil, a formação de mão de obra qualificada, a criação de empregos verdes e políticas públicas inclusivas são fundamentais para assegurar que a transição energética se realize de forma justa, beneficiando presentes e futuras gerações.

INTRODUÇÃO

A União Europeia enfrenta um cenário crítico de segurança energética, intensificado pelo conflito na Ucrânia e pela dependência de combustíveis fósseis importados, visto que mais da metade de sua energia depende da importação. Ao mesmo tempo, o bloco econômico europeu comprometeu-se a atingir neutralidade de carbono até 2050 ao tornar-se signatário do European Green Deal (2019)¹, impondo a necessidade de diversificação da matriz energética e de parcerias estratégicas. Nesse cenário, o Ceará desponta como alternativa promissora, reunindo vantagens técnicas, logísticas e naturais que o posicionam como fornecedor de

Hidrogênio Verde em escala global. O presente artigo busca analisar como o Direito Internacional viabiliza essa cooperação e de que modo as juventudes podem participar da governança energética, assegurando que a transição seja justa, inclusiva e orientada pela justiça climática. O texto adota metodologia qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, dialogando com fontes jurídicas, documentos internacionais e estudos recentes sobre energias renováveis e transição energética justa.

SEGURANÇA E SOBERANIA ENERGÉTICA

A segurança energética, que compreende fornecimento contínuo, acessível e sustentável, é objetivo expresso no artigo 194 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE)². A soberania energética, por sua vez, confere aos Estados o direito de gerir sua matriz e seu produto energético, conceito originado na Resolução 1803 da ONU (1962). O diálogo entre esses princípios revela tensões, mas também oportunidades: enquanto a UE busca estabilidade regulatória e fornecimento previsível, o Brasil preserva sua autonomia decisória. Para o Ceará, a conjugação desses fatores cria um espaço de protagonismo subnacional, em que a política energética local pode dialogar diretamente com exigências internacionais. Nesse equilíbrio, a participação das juventudes torna-se fundamental, pois são elas que vivenciam os impactos sociais das mudanças energéticas e que demandam maior coerência entre compromissos climáticos e práticas comerciais. Além disso, a juventude cearense pode atuar como ponte entre comunidade, academia e governo, garantindo que o desenvolvimento energético esteja alinhado a demandas sociais e ambientais.

DIREITO INTERNACIONAL COMO MEDIADOR

Para além da discussão econômica e geopolítica, o Direito Internacional entra nessa questão como mediador entre os conceitos jurídicos de

1 UNIÃO EUROPEIA. 2016. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, C 202, 7 de junho, p. 47-360. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497>.

2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 1803 (XVII) da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1962: Soberania permanente sobre os recursos naturais. Disponível em: https://legal.un.org/avl/ha/ga_1803/ga_1803.html

segurança e soberania energética, oferecendo base normativa para a criação de mecanismos que assegurem essa cooperação energética. O Acordo de Paris, firmado em 2015, compromete Brasil e União Europeia a reduzir emissões e promover energias renováveis. Além dele, acordos bilaterais, como a Cúpula Brasil–UE, e contratos internacionais privados, como os Power Purchase Agreements (PPAs), asseguram previsibilidade jurídica e atraem investimentos. Assim, a experiência internacional demonstra que contratos energéticos de longo prazo só prosperam quando há segurança jurídica, o que reforça a necessidade de um marco regulatório nacional específico para o Hidrogênio Verde. Dessa forma, a nova geração de juristas, de pesquisadores e de ativistas ambientais têm contribuído com propostas de regulação e de defesa à causa, destacando a importância de incluir perspectivas de justiça climática. Ao mesmo tempo, grupos juvenis internacionais pressionam para que a transição energética não seja capturada por interesses exclusivos do mercado, mas mantenha compromisso com equidade, sustentabilidade e acessibilidade a todos.

POTENCIAL ENERGÉTICO DO CEARÁ

O estado do Ceará reúne condições excepcionais para se tornar protagonista na produção e exportação de Hidrogênio Verde, devido à abundância de ventos e de radiação solar o ano todo (condição que o torna singular em relação ao restante do mundo), ao porto apto à exportação na região do Pecém e a Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Além disso, o Estado conta com uma infraestrutura de expansão, com investimentos públicos e mais de 35 memorandos de entendimento firmados com parceiros nacionais e internacionais. Contudo, a falta de marco regulatório específico para o Hidrogênio Verde e o caráter não vinculativo desses documentos representam entraves, visto que causam grande incerteza jurídica na tomada de decisões, no que se refere ao Hidrogênio Verde, e falta de um compromisso formal com as empresas cearenses, no que se refere à falta de caráter vinculativo dos memorandos. É nesse espaço que as juventudes podem assumir protagonismo: a pesquisa universitária, a atuação de startups e a formação de técnicos em energias renováveis representam oportunidades de engajamento. Além disso, o Ceará pode se tornar polo de empregos verdes, retendo talentos e evitando êxodo juvenil para outras regiões. Projetos de cooperação internacional, como a parceria com o Porto de Roterdã, reforçam a centralidade do Ceará no mercado global de Hidrogênio Verde, criando oportunidades de intercâmbio e qualificação para jovens.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E JUVENTUDES

A transição energética não deve se restringir a um arranjo técnico-comercial, mas sim atender a princípios de justiça climática. No Ceará, existe também o risco de ocorrerem fenômenos socioeconômicos, como a gentrificação energética, que, nesse caso, trata-se da expulsão de comunidades locais do entorno do Pecém, devido ao seu desenvolvimento no setor energético, que, consequentemente, aumenta o custo de vida na região, levando a comunidade residente a migrar para os arredores da área, por não conseguir arcar com os novos custos. Com isso, a fim de que essa problemática seja mitigada, políticas públicas devem priorizar inclusão social: capacitação de jovens para o mercado verde, incentivo a projetos comunitários de energia solar, apoio a coletivos juvenis na formulação públicas, laboratórios de inovação e redes internacionais, reforçando a dimensão intergeracional da justiça climática. Assim, as juventudes não apenas recebem os impactos da transição, mas se tornam protagonistas na construção de um modelo energético equitativo, democrático e sustentável de políticas energéticas e garantia de que os benefícios da transição cheguem às populações vulneráveis. O engajamento juvenil pode se expressar em conselhos de políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O potencial energético do Ceará é inegável e estratégico para atender à demanda europeia por energia limpa. Contudo, sua concretização depende da superação de desafios jurídicos e sociais. O Direito Internacional oferece os instrumentos normativos necessários, mas é a ação das juventudes que garante legitimidade e equidade intergeracional. A transição energética deve ser vista como oportunidade de desenvolvimento sustentável, capaz de reduzir desigualdades e assegurar que as próximas gerações herdem um planeta habitável. O hidrogênio verde, nesse sentido, não deve ser apenas uma mercadoria de exportação, mas um vetor de inclusão social, inovação tecnológica e cooperação internacional. Com juventudes engajadas e políticas públicas comprometidas, o Ceará pode se consolidar como referência global em transição energética justa.

Sobre a Água das Veredas Mortas

Autora:

Laura Beatriz Miranda Martins, 23 anos,
Belo Horizonte, MG

Quando pensamos em biodiversidade, raramente nos vêm à mente os campos com troncos retorcidos e as paisagens douradas que caracterizam o Cerrado. Apesar de não estarem tão presentes no imaginário do resto do país, o capim-dourado, os buritis, as canelas-de-ema e os lobos-guará estão profundamente interligados com a vida e a cultura das pessoas nativas daqui. O Cerrado, árido e discreto, aparece muitas vezes disfarçado de Sertão. De fato, antes de optar pela amplitude em Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa considerou nomear o romance Veredas Mortas. As Veredas, formações vegetais que são como oásis no Cerrado existem apenas aqui e em nenhum outro lugar do mundo, assim como tantas espécies animais e vegetais. Caso não sejam conservados, esses vales inundados correm risco de desaparecer, ameaçando a sobrevivência não só da rica biodiversidade que encontra abrigo nas Veredas, mas também das comunidades que delas dependem.

A humanidade surgiu nas savanas africanas, centenas de milhares de anos atrás, e percorreu um caminho longo para ocupar a savana brasileira. O historiador Paulo Bertrand cunhou o termo “Homo cerratensis” para se referir a um dos esqueletos humanos mais antigos das Américas, encontrado em Serranópolis (GO), com cerca de 12 mil anos, registro da longa história de ocupação do Cerrado. Atualmente, vivem aqui mais de 25 milhões de pessoas. Entre elas, mais de 80 povos indígenas e mais de 40 comunidades quilombolas, além de inúmeras comunidades veredeiras, geraizeiras, quebradeiras de coco-babaçu e ribeirinhas, que possuem histórias profundamente interligadas com os Cerrados que habitam. No entanto, o modo de vida dessas comunidades está ameaçado, tanto pelas mudanças no regime de chuvas e de queimadas quanto pelo avanço constante da fronteira agropecuária. A apropriação desigual e violenta do território que caracteriza a história da ocupação recente do Cerrado troca por grão, carne e minério a história e o futuro das juventudes nativas daqui.

Aqui, as florestas são invertidas: como a água está em camadas profundas do solo, as plantas, que costumam ser mais baixas, desenvolvem raízes muito profundas, por vezes superando o comprimento da parte aérea. Essa vegetação, com alto nível de endemismo, vêm sendo ameaçada pelo passo rápido das mudanças climáticas, que tornam as queimadas que costumavam ser parte do ciclo de vida do Cerrado mais frequentes e as chuvas necessárias para sua manutenção cada vez mais inconstantes. A riqueza vegetal é tamanha que são reconhecidos pelo menos onze tipos de Cerrado, entre formações campestres, savânicas e florestais. Essas paisagens tão diversas vêm

também se tornando gradativamente mais uniformes, devastadas pelo fogo, convertidas em pastagens, em monoculturas e em serras despidas. A realidade é que nas últimas décadas a destruição do Cerrado abriu espaço para lucros recordes na mineração e na indústria agropecuária. Concomitantemente, morrem as Veredas, os Campos Rupestres, os Palmeirais, e cada vez menos juventudes têm a oportunidade de vivenciar os Cerrados.

Apesar da vegetação esparsa, que confere uma característica árida à paisagem, esse bioma é por vezes referido como o coração do Brasil, não só por se encontrar em seu cerne, mas também por seu papel vital no abastecimento de água do país, bombeando vida para todas as regiões. Para além das Veredas, aqui nascem alguns dos principais rios brasileiros, como Xingu, São Francisco e Parnaíba. O Cerrado também irriga oito das maiores bacias hidrográficas do Brasil, incluindo as do rio Paraná e Paraguai, e alimenta os aquíferos Bambuí, Urucuia e Guarani. Essa mesma água, que têm se tornado menos abundante como efeito das secas prolongadas, é drenada para irrigar plantações que não vão alimentar quem mora aqui, para abastecer indústrias distantes, levando consigo a vida pulsante que habita seus rios. Mesmo que muitos jovens não conheçam de perto as Veredas, conhecem os efeitos da seca e dos conflitos pela terra, pelo solo e especialmente pela água.

Mas a vida nos Cerrados vinga em solos ácidos, resiste a queimadas, perdura na seca. Sobre esse terreno vive a savana mais biodiversa do mundo, símbolo de adaptabilidade. No entanto, essa mesma resiliência dos Cerrados foi erroneamente interpretada como uma licença para a inércia dos tomadores de decisão, que ignoram os clamores dos povos que vivem aqui e as denúncias dos que lutam por sua conservação. E por isso, recai nas juventudes grande parte do peso de uma responsabilidade que deveria ser compartilhada, de garantir que a nossa geração possa conviver e prosperar com o bioma que nos fornece não só água e alimentos, mas também inspiração. E assim as juventudes seguem esperando o Cerrado, esperança de Paulo Freire, que não ganha a luta sozinha, mas que se ancora na prá prática. Esperança que é árdua num país que mata ambientalistas. Esperança que às vezes parece improvável diante do secar lento das Veredas, que parece impossível diante dos desafios de uma crise climática. Esperança que transforma e que se torna concreta quando praticada em conjunto, mas que exige coragem. E no fim, o que a vida precisa da gente é mesmo coragem.

Juventudes que plantam futuro: ação climática na Mata Atlântica

Autor:
Matheus de Sousa Terixeira, 27 anos,
Rio de Janeiro, RJ

A Mata Atlântica é linda, cheia de vida e biodiversidade, mas também enfrenta desafios históricos: desmatamento, rios poluídos e os efeitos das mudanças climáticas em cidades e comunidades. É nesse cenário que jovens se tornam protagonistas, mostrando que cada ação pode transformar realidades e inspirar outras pessoas.

Coletivos juvenis no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis têm criado projetos incríveis. O “Aprendendo com a Mata Atlântica”, da Fundação SOS Mata Atlântica, leva jovens para trilhas, viveiros de mudas nativas e atividades práticas de reflorestamento. Em escolas e comunidades, oficinas de educação ambiental ensinam desde reciclagem até cuidado com nascentes, conectando conhecimento e ação de forma prática e significativa.

O protagonismo se estende à política ambiental. Jovens participam de conselhos, organizam campanhas digitais e pressionam governos locais por políticas mais sustentáveis. Cada projeto, mutirão ou campanha é uma forma de exercer protagonismo e lutar por justiça climática de maneira concreta.

Mesmo ações pequenas fazem diferença. Recuperar um córrego, plantar árvores ou engajar a comunidade em práticas sustentáveis fortalece o bioma e inspira outras regiões a agir. A Mata Atlântica mostra que a mudança é possível quando jovens se mobilizam, misturando consciência, criatividade e ação.

Essas juventudes provam que transformar o futuro depende da coragem de agir hoje. Ao cuidar do bioma, defender políticas públicas e mobilizar suas comunidades, eles mostram que justiça climática e preservação ambiental caminham lado a lado com o protagonismo juvenil.

Juventude Caatingueira e sua resposta a desertificação do bioma da Caatinga no Sertão Baiano

Autoras:

Alice Carvalho da Silva Santos, 19 anos,

Izana de Jesus Silva, 18 anos,

Bahia

A crise climática se apresenta como um dos maiores desafios do século XXI, atingindo de forma desigual populações periféricas, comunidades tradicionais e povos do campo. No semiárido brasileiro, o bioma Caatinga tem sido historicamente marcado por estigmas de escassez e atraso, mas é também espaço de resistência, cultura e saberes ancestrais. Nesse cenário, a juventude emerge como sujeito ativo na construção de alternativas para o futuro.

O Reviva Caatinga é expressão concreta desse protagonismo: um projeto idealizado, organizado e executado por jovens, que articula educação ambiental, identidade cultural e inovação social como resposta aos impactos das mudanças climáticas no território.

O Reviva Caatinga constitui-se como uma iniciativa de educação ambiental crítica que busca aliar saberes científicos e populares, fortalecendo a identidade regional e valorizando o bioma da Caatinga enquanto patrimônio natural e cultural do Brasil. Desenvolvido no território do Sertão Produtivo, o projeto tem se consolidado como uma prática pedagógica inovadora, que articula a escola, a comunidade e a realidade socioambiental, promovendo espaços de reflexão e ação voltados para a sustentabilidade e a participação cidadã.

O projeto tem como eixo a educação ambiental crítica, entendida na perspectiva da Pedagogia da Terra de Moacir Gadotti (2000), que reivindica uma prática pedagógica voltada para a emancipação e para a consciência planetária. Mais do que conservar a natureza, trata-se de educar para a participação cidadã e para a transformação social. Nesse sentido, os jovens do Reviva Caatinga não apenas discutem conceitos teóricos, mas criam estratégias de ação territorial, integrando ciência e saberes populares, escola e comunidade, tradição e inovação.

As ações do projeto incluem oficinas educativas, rodas de conversa, aulas de campo, vivências culturais, produções midiáticas e oficinas de artesanato. Neste último eixo, o aprendizado vai além da técnica manual: o artesanato se torna instrumento de geração de renda e preservação da cultura ancestral,

valorizando práticas comunitárias transmitidas entre gerações. Essa dimensão fortalece o vínculo dos jovens com suas raízes, ressignifica o papel da tradição e cria alternativas de futuro enraizadas no próprio território. A valorização das manifestações culturais do sertão — como a música, a oralidade e as práticas comunitárias — se torna central, pois, conforme argumenta Renato Ortiz (1985), a identidade nacional é atravessada por disputas e tensões entre modernidade e tradição.

O caráter inovador do Reviva Caatinga está justamente no fato de ser conduzido pela própria juventude, que ocupa o papel de liderança e multiplicadora de conhecimento. Essa inversão de papéis — onde os jovens não são meros receptores, mas produtores de saberes e práticas — fortalece a democracia participativa e amplia o alcance da educação ambiental. A experiência mostra que o enfrentamento às mudanças climáticas não pode ser construído de cima para baixo, mas sim de dentro para fora, valorizando o território e a potência criativa da juventude sertaneja e caatingueira.

Entretanto, os jovens do semiárido enfrentam desafios estruturais significativos. A precariedade no acesso à internet, as dificuldades de mobilidade, a falta de políticas públicas consistentes e a ausência de incentivos institucionais para permanência estudantil são obstáculos constantes. Essas condições limitam a participação em processos formativos e a criação de alternativas sustentáveis no território. Ainda assim, o Reviva Caatinga se firma como espaço de resistência, denunciando tais desigualdades e propondo soluções práticas e viáveis.

A partir de diagnósticos locais e da mobilização comunitária, o projeto demonstra que a juventude da Caatinga não está alheia às questões globais, mas, ao contrário, é capaz de reinterpretar os debates sobre mudanças climáticas a partir de sua vivência concreta. Essa juventude, historicamente marginalizada nos processos decisórios, assume o protagonismo e reivindica voz, evidenciando que a sustentabilidade precisa ser construída com base no reconhecimento da diversidade cultural e territorial.

O Reviva Caatinga, assim, transcende o caráter de um simples projeto escolar ou comunitário: ele se consolida como resposta juvenil às mudanças climáticas, ancorada na valorização da cultura, na inovação pedagógica e no fortalecimento da identidade

regional. Ao unir os referenciais críticos de Gadotti e Ortiz com a prática territorial da juventude sertaneja, aponta caminhos para repensar a educação, a democracia e o futuro do semiárido brasileiro.

Em síntese, o Reviva Caatinga mostra que a juventude da Caatinga não é apenas vítima das vulnerabilidades climáticas, mas sujeito histórico e coletivo que constrói alternativas para transformar sua realidade. Ao articular educação, cultura e cidadania, reafirma a necessidade de uma transição socioambiental justa e democrática, em que os jovens sejam reconhecidos como protagonistas de um futuro mais sustentável.

BIBLIOGRAFIA

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. [S.l.]: Editora Fundação Peirópolis, 2000.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira & identidade nacional. São Paulo: brasiliense, 1985.

A Amazônia de Concreto: A Cidade e a Juventude como Fronteira Climática Amazônica

Autores:

Francisco Manoel Nascimento Barbosa, 23 anos,

Maria Clara dos Santos Reis, 21 anos,

Belém, PA

INTRODUÇÃO

Amazônia é urbana. Em meio a imensidão da floresta e dos rios, erguem-se cidades que despontam para o céu e direcionam-se ao futuro. A ocupação na região amazônica data de quatro séculos, e descreve a formação de uma sociedade marcada por processos históricos de desenvolvimento urbano que descartam suas particularidades e ignoram as suas potencialidades.

Mais de 76% da população dos Estados da Amazônia Legal reside em cidade. De acordo com a pirâmide etária do CENSO de 2022, a Região Norte é ainda a mais jovem entre as demais: cerca de 25,2% da população tem até 14 anos de idade. Desse modo, o presente texto busca descrever como a falta de planejamento urbano afeta a juventude amazônica em sua dimensão ambiental e climática, sugerindo, ao final, intervenções que protagonizam as juventudes dos territórios em prol da construção de espaços urbanos mais justos na Amazônia.

A JUVENTUDE URBANA AMAZÔNICA E A HERANÇA DO PLANEJAMENTO FALHO

A pressão urbana se sobrepõe principalmente sobre as periferias amazônicas. Em razão de suas características morfológicas, influenciadas pela hidrografia da bacia amazônica, as cidades da região afetam-se pelos ciclos de cheia e vazão dos rios, definindo-se, dessa forma, como territórios de maré. Contudo, em face dos modelos de desenvolvimento urbano transplantados na região a desconsiderar essas características, as áreas mais valorizadas pelo desenvolvimento urbano foram aquelas que não estão sob essa influência fluvial, chamadas áreas de terra-firme. Dessa forma, ocorreu a concentração da infraestrutura urbana nessas regiões, restando aos territórios de maré a urbanização informal e precária, ocupadas por populações vulneráveis social e economicamente, originando as baixadas. Como dados de 2022 do IBGE indicam, nas cidades de Belém e Manaus, as maiores capitais amazônicas, mais da metade de sua população reside em baixadas erguidas na forma de habitações precárias e palafitas.

ILHAS DE CALOR E RACISMO AMBIENTAL NO COTIDIANO JUVENIL

Pesquisas apontam que as temperaturas máximas de Belém já aumentaram em quase 2°C desde a década de 1970. Do mesmo modo, indicadores preveem que a Capital Paraense pode vir a se tornar a segunda cidade mais quente do mundo em 2050, alcançando máximas de 50°C. Por fim, simulações estimam que o avanço do nível dos oceanos decorrente do derretimento das calotas polares a partir do aumento das temperaturas médias do planeta em 2°C desencadeariam uma Belém submergida pela água. Essa vulnerabilidade é compartilhada com as demais cidades da região - das quais 86% possuem mais de 50.000 habitantes, de acordo com dados de 2022 do IBGE.

Na Amazônia Urbana, as baixadas são territórios de fronteira e de constante disputa no enfrentamento aos efeitos da emergência climática, cujas populações são as primeiras a sofrer suas consequências. Para além da ausência de infraestrutura fundamental de saneamento, acesso à água, moradia digna e acesso à energia elétrica, a emergência climática expõe essas populações às ilhas de calor. Como apontado por estudos recentes, a diferença entre uma região de baixada e uma de floresta pode chegar a 5°C. Essa realidade afeta principalmente os jovens de bairros periféricos, que sofrem com um calor opressivo que afeta sua saúde, seus estudos e seu lazer. Esses indicadores escancaram o racismo ambiental recorrente nos territórios periféricos das cidades amazônicas.

O PROTAGONISMO JUVENIL NA CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES

Diante da negligência e falta de olhar sensível sobre a juventude amazônica e a sua forma de ocupação do espaço urbano, urgem-se propostas que envolvam a população na construção de uma Amazônia Urbana verdadeiramente sustentável e justa, a firmar um compromisso plurigeracional que tenha como protagonista a sua juventude.

A juventude das Amazonas Urbanas sofre com a falta de espaços como laboratórios de inovação comunitária,

a compor diálogos entre poder público, academia e territórios. Dessa forma, faz-se necessários espaços destinados e pensados para a juventude, cujo objetivo seja a formação de pensamento crítico, político e científico para compreender os fenômenos das cidades amazônicas, a partir de atores dos territórios: lideranças, pesquisadores, cientistas e mobilizadores. Além do mais, é necessário que as soluções mobilizem as juventudes dos territórios, que devem ocupar espaços de decisão e protagonismo no desenvolvimento de cidades mais justas.

Para uma construção de soluções integradas, é necessário abrir espaço para o diálogo com o poder público. Ativistas, coletivos e lideranças territoriais sofrem com a falta de escuta das problemáticas pendentes em seus territórios. As demandas são diferenciadas, logo, as respostas à crise climática devem ser construídas junto da população, a se traduzir em as propostas em ações populares e políticas públicas.

Desse jeito, tornamos a pensar em uma realidade climática da Amazônia Urbana que é escrita pelas mãos de sua juventude, e em um futuro que dialoga com a ancestralidade presente na região.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). Cidades Amazônicas: um chamado à ação. Brasília: IPAM, 2023. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2023/07/Cidades-Amazonicas-um-chamado-a-acao.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pirâmide etária. Educa IBGE, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/pulacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 24 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em favelas e comunidades urbanas. Agência de Notícias IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>. Acesso em: 24 set. 2025.

NARDIN, Daniel. Em 50 anos, temperatura máxima em Belém já aumentou 1,9°C. Rota Verde, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://rotaverde.com.br/em-50-anos-temperatura-m>

axima-em-belem-ja-aumentou-19c/#:~:text=Entre%201970%20e%202023%2C%20a,frequ%C3%Aancia%20nos%20%C3%BAltimos%20dez%20anos. Acesso em: 24 set. 2025.

WASHINGTON POST. Extreme heat and the wet bulb globe temperature. Washington Post, 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/climate-environment/interactive/2023/extreme-heat-wet-bulb-globe-temperature/>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Ondas de calor: os impactos da 'emergência silenciosa'. Portal Gov.br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/03/ondas-de-calor-os-impactos-da-2018-emergencia-silenciosa2019#:~:text=As%20ondas%20de%20calor%20s%C3%A3o,uma%20tipologia%20de%20desastre%20clim%C3%A1tico>. Acesso em: 24 set. 2025.

INFOAMAZONIA. Ilhas de calor em Belém e Manaus são até 10°C mais quentes do que áreas vizinhas de floresta. InfoAmazonia, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2025/06/13/ilhas-de-calor-em-belem-e-manaus-sao-ate-10oc-mais-quentes-do-que-areas-vizinhas-de-floresta/>. Acesso em: 24 set. 2025.

Educação ambiental ou educação climática? Do Ensino à Incidência Política

RESUMO

A emergência climática impõe à educação o desafio de formar sujeitos críticos e engajados na construção de sociedades sustentáveis. Neste contexto, a distinção entre “educação ambiental” e “educação climática” tem gerado debates conceituais que, embora relevantes, por vezes enfraquecem a articulação política do campo. O presente texto defende que essas abordagens devem ser compreendidas como complementares, e não concorrentes, promovendo convergência entre diferentes frentes de atuação educativa, formal e não formal. Historicamente amparada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a educação ambiental passou a incorporar, com maior ênfase nos últimos anos, temas como mudança do clima, justiça climática e redução de riscos de desastres. Iniciativas como o Brota no Clima, Escolas pelo Futuro e Escolas pelo Clima mostram o potencial da educação climática em territórios periféricos e escolares, com protagonismo de jovens e foco na interseccionalidade. No entanto, seu alcance ainda é limitado diante da magnitude do sistema educacional brasileiro. Nesse cenário, ações de advocacy tornaram-se estratégicas para impulsionar políticas públicas de educação climática. A criação da Coalizão Brasileira pela Educação Climática (CBEC), em 2023, representa um marco nesse processo de mobilização interinstitucional. Ainda assim, desafios persistem: a morosidade institucional, o distanciamento entre teoria e prática, e a fragmentação entre grupos atuantes limitam avanços concretos. Conclui-se que a superação dessas barreiras exige articulação coletiva, escuta ativa de educadores e fortalecimento de estratégias unificadas de incidência. Enquanto prevalecerem disputas conceituais e desarticulações políticas, a educação seguirá vulnerável frente à ofensiva negacionista. A construção de uma agenda comum, integrando diferentes saberes e abordagens, é condição essencial para garantir uma educação transformadora, plural e comprometida com o enfrentamento da crise climática.

INTRODUÇÃO

A educação é uma ferramenta fundamental para formar uma sociedade mais justa e, em meio a um contexto de emergência climática, ela se torna imprescindível para conscientizar a população em

Autores:

Felipe Sá ¹

Luan Werneck-Costa ²

¹ Internacionalista, Consultor de Projetos, Mestrando/PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP) e membro do Grupo de Estudos em Política e Direito Ambiental Internacional (GEPDAI).

² Analista de Projetos do Climate Reality Brasil, pesquisador no Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas e graduando em Relações Internacionais pela UERJ

relação a como chegamos nessa situação e como podemos sair dela. É a partir dessa necessidade que a educação ambiental foi proposta. Diante de manifestações contra os valores da sociedade de consumo capitalista nas décadas de 50 e 60 e com a realização da Conferência de Estocolmo em 1972 - a primeira conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre o meio ambiente humano -, passam a ocorrer mais iniciativas que buscam promover uma “[...] consciência do indivíduo em sua relação com a natureza e o meio ambiente para a sua preservação e conservação” (Ramos, 1996).

Mais recentemente, iniciativas de jovens do movimento climático ao redor do mundo ganharam repercussão. Diversas ações de formação a respeito da crise climática batizadas de educação climática foram desenvolvidas e, se integram aos esforços da educação ambiental, ocorrendo normalmente em caráter não-formal.

A adoção do termo “educação climática” gerou uma disputa pela nomenclatura das ações que promovem a conscientização a respeito do impacto da humanidade no sistema terrestre e suas alternativas, construindo uma ética ambiental coletiva. Uma disputa que não contribui para o fortalecimento dessas ações e, apesar do objetivo ser o mesmo, o resultado é uma cisão de um grupo que poderia estar junto alinhando uma estratégia de incidência mais coesa e potente. Chamar de educação ambiental ou de educação climática não deveria ser motivo para uma rachadura, mas uma oportunidade de convergência.

Formalmente, o termo “educação ambiental” pode ter mais aderência em função da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) de 1999, mas a educação climática ou até a educação ambiental

climática, já juntando os dois conceitos (que se completam), também se tratam de

“[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Brasil, 1999)”

Portanto, não existe um conflito ou caráter excludente. Inclusive, a lei que complementa aPNEA em 2024 procura “[...] assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais [...]” (Brasil, 2024).

É imperativo encontrar uma maneira de superar a divisão entre os grupos que optam por um ou outro conceito. Como afirmado na publicação Diretrizes e Educação Ambiental Climática (2023) do FunBEA:

“[...] é fundamental aproximar campos como a educação ambiental, a chamada educação climática, a educação para redução de riscos e desastres e a luta pela justiça climática, identificando, explicitando e construindo coletivamente premissas e estratégias comuns de ação, que ampliem e potencializem o impacto da educação ambiental climática.”

Considerando que na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada no primeiro semestre de 2025, entre mais de duas mil propostas que foram debatidas ao redor do país para enfrentar a emergência climática, “implementar a educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino” (Rádio Agência, 2025) ficou em segundo lugar entre as apontadas como mais relevantes, é urgente que se somem esforços para viabilizar integração de questões socioambientais e climáticas no ensino em todas as suas formas e níveis, visando implementar a lei 9.795 (1999) da Política Nacional de Educação Ambiental.

EXPERIÊNCIAS E INCIDÊNCIA POLÍTICA POR UMA EDUCAÇÃO CLIMÁTICA DE QUALIDADE

Movimentos climáticos articulados pelas juventudes ao redor do mundo passaram a se mobilizar de diferentes maneiras, como por meio das conhecidas greves globais pelo clima, e pensando em outras ações criativas que ajudam a aumentar a consciência da população em relação à crise climática, suas consequências e alternativas.

Uma iniciativa do tipo de educação não-formal foi o Brota no Clima, um programa de educação e comunicação climática criado para jovens de favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio

de Janeiro. O programa foi reconhecido com o Prêmio Descarbonário (2021) e contribuiu para que novas ações de educação climática incorporassem uma abordagem interseccional, discutindo clima a partir das lentes racial, de gênero, orientação sexual, classe etc.

Partindo para uma visão da educação sobre mudanças climáticas inserido no ensino formal, a inclusão e engajamento de estudantes, professores e gestores de ensino básico na temática é essencial para o avanço e letramento em mudanças climáticas. Ao longo dos últimos anos, diferentes projetos foram criados para impulsionar essa temática. Dentre as ações desenvolvidas, duas podem ser destacadas: o Escolas pelo Clima, desenvolvido pelo Reconccta; e o Escolas pelo Futuro, desenvolvido pelo Fridays for Future Brasil. Enquanto o primeiro visa o engajamento de professores e gestores educacionais de formas contínua por meio de encontros, formações e disponibilização de aulas, o segundo ia para outra perspectiva, visando ações ágeis e localizadas.

Apesar do sucesso de atividades realizadas por organizações do terceiro setor na temática, elas ainda têm pouco impacto ao considerar o cenário de um país com mais de 178,5 mil escolas e 47,3 milhões de estudantes¹. A única maneira de viabilizar uma educação sobre mudança do clima abrangente, crítica, democrática e de qualidade é por meio de política públicas eficazes amparadas pelo poder público. Apesar de possuir um arcabouço legal bem estruturado tanto na área educacional por instrumentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ou a PNEA, sua execução é pouco identificada, frágil e muitas vezes defasada.

Com esse cenário em vista, o olhar de algumas organizações do terceiro setor começaram a se voltar para a importância da inclusão do Estado nesse debate, e desenvolver ações de advocacy para exercer pressão a impulsionar esse objetivo. A primeira ação que pode ser elencada é a criação da Coalizão pela Educação Climática, organizada pelo Climate Reality Brasil, e teve como principal desdobramento a criação do texto “Manifesto: Jovens pela Educação Climática no Brasil”. Realizado pelo Climate Reality Brasil e por jovens do Fridays for Future Brasil vinculados ao Escolas pelo Futuro, o texto continha uma série de demandas para o poder público brasileiro sobre os desejos por uma educação climática de qualidade e o papel do Estado no alcance desses objetivos. Lançado no dia internacional da juventude de 2021, o Manifesto foi um sucesso, alcançando mais de 4.000 assinaturas e entregue na mão de uma série de políticos durante a COP26.

Como consequência dessa primeira movimentação, em 2022 foi iniciado um processo espontâneo de proposição de projetos de lei (PLs) de educação climática, baseados no Manifesto escrito no ano anterior. O projeto tomou cidades e estados do

país e, concomitantemente, o Climate Reality Brasil, ainda promoveu grupos de trabalho visando o diálogo completam), também se tratam de

“[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Brasil, 1999)”

Portanto, não existe um conflito ou caráter excludente. Inclusive, a lei que complementa a PNEA em 2024 procura “[...] assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais [...]” (Brasil, 2024).

É imperativo encontrar uma maneira de superar a divisão entre os grupos que optam por um ou outro conceito. Como afirmado na publicação Diretrizes e Educação Ambiental Climática (2023) do FunBEA:

“[...] é fundamental aproximar campos como a educação ambiental, a chamada educação climática, a educação para redução de riscos e desastres e a luta pela justiça climática, identificando, explicitando e construindo coletivamente premissas e estratégias comuns de ação, que ampliem e potencializem o impacto da educação ambiental climática.”

Considerando que na 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada no primeiro semestre de 2025, entre mais de duas mil propostas que foram debatidas ao redor do país para enfrentar a emergência climática, “implementar a educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino” (Rádio Agência, 2025) ficou em segundo lugar entre as apontadas como mais relevantes, é urgente que se somem esforços para viabilizar integração de questões socioambientais e climáticas no ensino em todas as suas formas e níveis, visando implementar a lei 9.795 (1999) da Política Nacional de Educação Ambiental.

EXPERIÊNCIAS E INCIDÊNCIA POLÍTICA POR UMA EDUCAÇÃO CLIMÁTICA DE QUALIDADE

Movimentos climáticos articulados pelas juventudes ao redor do mundo passaram a se mobilizar de diferentes maneiras, como por meio das conhecidas greves globais pelo clima, e pensando em outras ações criativas que ajudam a aumentar a consciência da população em relação à crise climática, suas consequências e alternativas.

Uma iniciativa do tipo de educação não-formal foi o Brota no Clima, um programa de educação e comunicação climática criado para jovens

de favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O programa foi reconhecido com o Prêmio Descarbonário (2021) e contribuiu para que novas ações de educação climática incorporassem uma abordagem interseccional, discutindo clima a partir das lentes racial, de gênero, orientação sexual, classe etc.

Partindo para uma visão da educação sobre mudanças climáticas inserido no ensino formal, a inclusão e engajamento de estudantes, professores e gestores de ensino básico na temática é essencial para o avanço e letramento em mudanças climáticas. Ao longo dos últimos anos, diferentes projetos foram criados para impulsionar essa temática. Dentre as ações desenvolvidas, duas podem ser destacadas: o Escolas pelo Clima, desenvolvido pelo Reconcetia; e o Escolas pelo Futuro, desenvolvido pelo Fridays for Future Brasil. Enquanto o primeiro visa o engajamento de professores e gestores educacionais de formas contínua por meio de encontros, formações e disponibilização de aulas, o segundo ia para outra perspectiva, visando ações ágeis e localizadas.

Apesar do sucesso de atividades realizadas por organizações do terceiro setor na temática, elas ainda têm pouco impacto ao considerar o cenário de um país com mais de 178,5 mil escolas e 47,3 milhões de estudantes¹. A única maneira de viabilizar uma educação sobre mudança do clima abrangente, crítica, democrática e de qualidade é por meio de política públicas eficazes amparadas pelo poder público. Apesar de possuir um arcabouço legal bem estruturado tanto na área educacional por instrumentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ou a PNEA, sua execução é pouco identificada, frágil e muitas vezes defasada. Com esse cenário em vista, o olhar de algumas organizações do terceiro setor começaram a se voltar para a importância da inclusão do Estado nesse debate, e desenvolver ações de advocacy para exercer pressão a impulsionar esse objetivo. A primeira ação que pode ser elencada é a criação da Coalizão pela Educação Climática, organizada pelo Climate Reality Brasil, e teve como principal desdobramento a criação do texto “Manifesto: Jovens pela Educação Climática no Brasil”. Realizado pelo Climate Reality Brasil e por jovens do Fridays for Future Brasil vinculados ao Escolas pelo Futuro, o texto continha uma série de demandas para o poder público brasileiro sobre os desejos por uma educação climática de qualidade e o papel do Estado no alcance desses objetivos. Lançado no dia internacional da juventude de 2021, o Manifesto foi um sucesso, alcançando mais de 4.000 assinaturas e entregue na mão de uma série de políticos durante a COP26.

Como consequência dessa primeira movimentação, em 2022 foi iniciado um processo espontâneo de proposição de projetos de lei (PLs) de educação climática, baseados no Manifesto escrito no

ano anterior. O projeto tomou cidades e estados do país e, concomitantemente, o Climate Reality Brasil, ainda promoveu grupos de trabalho visando o diálogo com parlamentares e secretarias de todo o país para a proposição do PL e possível execução deles. Aos poucos, era possível ver o movimento ganhando forma, porém, algo ainda faltava.

Um movimento unificado, algo que une todas as instituições e indivíduos defensores da educação sobre mudanças climáticas em prol de objetivos comuns se torna necessário e, inspirados pela experiência da primeira Coalizão pela Educação Climática, reformulou-se a coalizão sob um novo nome: Coalizão Brasileira pela Educação Climática (CBEC). Fundada em junho de 2023 durante audiência pública na Câmara dos Deputados, a CBEC conta hoje com quase 100 membros, realizando uma série de ações junto a seus grupos de trabalho, relacionados ao fortalecimento da educação sobre mudanças climáticas no Brasil.

MOMENTO ATUAL E APONTAMENTOS PARA O FUTURO

Sobre o estado em que esse debate se encontra na esfera pública, é importante compreender que o avanço de políticas públicas em educação é vagaroso, sendo necessário esperar alguns anos para atestar seus resultados. Apesar do esforço de alguns parlamentares e servidores do executivo, a atualização de itens como a BNCC ou a PNEA é burocrática e demorada. Outro ponto relevante é ainda a ausência de uma proposição unificada de forma de conseguir executar e institucionalizar com qualidade e democraticamente uma educação sobre mudança do clima, devido a diferenças conceituais, ideológicas e políticas entre grupos atuantes na temática.

Com isso tudo posto, a quais conclusões chegamos? Em primeiro lugar, vale reforçar que a sala de aula segue tendo um papel central na educação. Em seguida, professoras e professores são imprescindíveis, sendo a maior parte das iniciativas e temáticas ensinadas no tema advindas de interesse e engajamento pessoal de cada profissional da educação. A falta de diálogo com eles, que estão na ponta do ensino, lidando diariamente com jovens nas escolas, impede que se leve em conta a realidade. E em terceiro lugar, o advocacy na temática ainda é essencial. Enquanto o poder público não se engajar de verdade na temática - para além da realização de audiências públicas e discursos sobre o tema - pouco avanço será percebido.

Por fim, a principal conclusão a que chegamos é que: enquanto a sociedade civil brasileira seguir dividida na temática, com uma incapacidade de separar o debate conceitual e prático e entender a realidade das escolas brasileiras e o caráter emergencial da crise climática, haverá pouca ou nenhuma mudança no âmbito político. A união ao redor de uma

proposição conjunta, como foi visto em movimentos socioambientais em anos anteriores, foi essencial para o avanço e a aprovação de legislações e ações que se tornaram basilares para o debate socioambiental e climático brasileiro. Infelizmente, a discussão sobre mudança do clima e educação, apesar de ter possuído um momento de unificação ao redor da PNEA ao final da década de 1990, segue estagnada, com discussões de

anos voltadas a conceitos e críticas abertas a companheiros na luta socioambiental e a incapacidade de instituir uma estratégia política unificada. Enquanto isso, atores obscurantistas e negacionistas seguem firmes e organizados em sua missão de atacar o conhecimento científico e a educação. Sendo assim, só será possível vislumbrar um futuro para a educação e a luta contra a crise climática no Brasil quando superarmos as diferenças, entendendo que, com uma nomenclatura ou outra, se pensamos o homem e a natureza organicamente e de maneira integrada, estamos juntos na mesma missão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>.

BRASIL. Lei Nº 14.926, de 17 de julho de 2024. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14926.htm#art2>.

Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA). Diretrizes e Educação Ambiental Climática. 2023. Disponível em: https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_EA-na-EC_DiretrizesEducacaoAmbientalClimatica.pdf>.

Rádio Agência. Evento elege 100 propostas para enfrentamento da emergência climática. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-na-cional/meio-ambiente/audio/2025-05/evento-elege-100-propostas-para-enfrentamento-da-emergencia-climatica>.

Ramos, Elisabeth Christmann. Educação ambiental: origem e perspectivas. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/NhDhdgkXcnwdzblwmmz9T4y/?format=pdf&lang=pt>>.

O que diz a Terra?

A voz do planeta na língua da juventude

Autora:

Lígia Takau, 26 anos,
Curitiba, PR

Projeto de jornalismo socioambiental fundado pela jornalista Lígia Takau transforma a comunicação climática em linguagem acessível para jovens e aposta na formação de porta-vozes comunitários de justiça climática em Curitiba-PR. e métodos para pensar comunicação e narrativa.

O planeta enfrenta um duplo desafio: a crise climática e a crise da desinformação. O Relatório de Riscos Globais 2025, do Fórum Econômico Mundial, revela que a desinformação, intensificada pela inteligência artificial, é hoje uma das principais ameaças globais de curto prazo. Já no horizonte de dez anos, os riscos ambientais aparecem como os mais graves, incluindo eventos climáticos extremos, perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas.

Enquanto isso, a juventude brasileira é a geração mais conectada da história, mas também a mais exposta a esse turbilhão informativo. De acordo com a pesquisa Juventudes, meio ambiente e mudanças climáticas (Juma),

embora 98% afirmem se preocupar com o meio ambiente, muitas vezes associam mudanças climáticas a imagens distantes.

como geleiras derretendo, sem perceber os impactos locais. A imprensa tradicional, criticada por sua linguagem técnica e por não dialogar com novos formatos digitais, deixa lacunas na comunicação climática.

Foi nesse contexto que surgiu o dizaterra, fundado em 2022 pela jornalista Lígia Takau a partir de uma inconformidade: a informação climática não chegava até os jovens. O projeto nasceu como seu Trabalho de Conclusão de Curso de jornalismo na Unesp Bauru, com foco em traduzir a política ambiental das eleições para as redes sociais. Agora, em 2025, o dizaterra se consolidou como iniciativa de jornalismo socioambiental jovem e digital e, desde então, tem ocupado plataformas como Instagram e TikTok para falar sobre mudanças climáticas, biodiversidade, justiça climática e soluções.

Os conteúdos são criados com foco em clareza e proximidade, substituindo termos técnicos por comparações, narrativas e tendências digitais. A estratégia funciona: em duas semanas de atuação contínua, foram registradas cerca de 10 mil visualizações, 700 interações e 250 novos seguidores.

Mais importante que os números foram os comentários: “Mais didática do mundo! É dessa linguagem que precisamos, muito obrigada” e “Que vídeo bom, faz mais vídeos nesse formato, por favor!”.

O impacto não se resume às métricas. O projeto parte de uma visão clara: transformar o celular, muitas vezes visto como vício, em ferramenta de virtude e fortalecer uma juventude frequentemente chamada de “perdida” para que assuma protagonismo na justiça climática.

Agora, o dizaterra prepara sua expansão de impacto em Curitiba-PR. A iniciativa prevê oficinas de jornalismo socioambiental comunitário para jovens de 15 a 25 anos em uma comunidade periférica. Os participantes mais engajados receberão bolsas de dois meses para produzir conteúdo sobre o território, ampliando a visibilidade de problemas e soluções locais. Esses materiais serão difundidos no perfil do projeto, conectando realidades comunitárias ao debate público.

O modelo responde a duas urgências: a crise do jornalismo tradicional, que precisa se reinventar para alcançar a juventude, e a crise climática, que exige narrativas capazes de mobilizar. O reconhecimento veio em agosto deste ano, quando o dizaterra conquistou o 1º lugar no Mutirão Jovens pelo Clima, organizado pelo ICLEI em Curitiba. A validação reforça a credibilidade da proposta e abre caminho para escala em outras comunidades.

A experiência mostra que a juventude não precisa ser apenas consumidora de informação. Pode ser também criadora de narrativas que inspiram mudanças e aproximam a crise climática da vida cotidiana. Em um cenário em que a desinformação lidera os riscos imediatos e os eventos climáticos extremos são apontados como as maiores ameaças futuras, iniciativas como o dizaterra tornam-se fundamentais para a construção de uma juventude mais resiliente, engajada e preparada.





Eduarda Nayara Lemes de Andrade, 18 anos,
São Paulo, SP

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL INDIVIDUAL: UM OLHAR JUVENIL

AUTORA:
FERNANDA SOEIRO
BARBOSA



Fernanda Soeiro Barbosa, 24 anos,
Brasília, DF

Saúde única, ciência cidadã e biodiversidade: o que isso tem haver com justiça climática e qual o papel dos jovens nessa discussão?

Autora:

Letícia Santos Silva Domingues, 22 anos,
Viçosa, MG

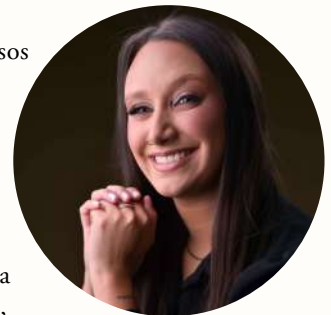
Dentre as inúmeras desigualdades presentes no nosso país e no mundo, a justiça climática tem se demonstrado cada vez mais presente. É reconhecido que os impactos negativos advindos das mudanças climáticas afetam de maneira desproporcional as comunidades mais vulneráveis, dentre elas população periférica e povos indígenas, sendo elas as que menos contribuem para o agravamento do problema.

Sendo assim, para se iniciar um diálogo a respeito da construção da justiça climática é preciso compreender quais são os protagonistas, identificar os principais problemas e construir soluções para resguardar as pessoas mais afetadas pelo cenário atual. Para que isso aconteça precisamos dar voz a essas pessoas, principalmente aos jovens, uma vez que têm se depositado neles a esperança da reestruturação de um futuro mais sustentável e justo para as próximas gerações.

Mas afinal, o que é biodiversidade e o que ela tem haver com essa discussão? Chamamos de biodiversidade a ampla diversidade de seres vivos da Terra — que inclui plantas, animais, fungos e microrganismos — bem como a variação genética entre indivíduos de uma mesma espécie e a pluralidade de ecossistemas que compõem o ambiente. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil é o país mais biodiverso do mundo, somando mais de 176.000 espécies reconhecidas de fauna, flora e fungos (“Biodiversidade e Biomas”, 2021). Entretanto, a falta de conhecimento sobre sua importância impacta diretamente em ações pessoais que visam proteger a nossa maior riqueza. Valorizar a escuta dos nossos jovens, é também fortalecer o sentimento de pertencimento, para que eles não sejam apenas vítimas das injustiças climáticas, mas peças fundamentais na transformação coletiva.

Prezar pela conservação da biodiversidade não diz respeito apenas a conservação de espécies, diminuição das queimadas e do desmatamento e conservação do solo e mananciais, mas sim, na garantia de direitos, saúde, alimentação e cultura para as próximas gerações. De acordo com o conceito de saúde única ou “One Health”, uma vez que o ambiente, os animais e as pessoas se relacionam, e os malefícios dessa relação são acentuados com as mudanças climáticas.

Dessa forma, entre os diversos mecanismos de inserção dos jovens nessa discussão, estão as ferramentas de ciência participativa, que visam a colaboração de cidadãos no conhecimento científico: a ciência cidadã. Revogando o sentimento de pertencimento, a ciência colaborativa aproxima o jovem dos pesquisadores, através da sua e dá sua colaboração na construção de dados de grande relevância.



Sendo assim, dentre muitas ferramentas e plataformas de ciência cidadã desenvolvidas no Brasil e no mundo, vale destacar o Sistema de Informação em Saúde Silvestre, o SISS-Geo, um aplicativo da FIOCRUZ, desenvolvido pela Plataforma Institucional Biodiversidade e Saúde Silvestre com apoio do Laboratório Nacional de Computação Científica, que além de ser uma ferramenta de monitoramento da saúde de animais silvestres e vigilância participativa, tem se mostrado um grande aliado no registro da nossa rica fauna brasileira. A divulgação e o uso do aplicativo, que é gratuito, tem se difundido cada vez mais no meio juvenil e despertado o interesse de participação e colaboração com a ciência.

O apoio e incentivo da participação dos jovens na utilização de ferramentas como o SISS-Geo é fundamental na colocação dos jovens como protagonistas do monitoramento da nossa fauna e construção de dados robustos para saúde ambiental, humana e animal. Os dados coletados pela sociedade civil e registrados no SISS-Geo possibilitam agilidade nas informações sobre arboviroses e afins. Os órgãos de saúde são acionados para realizar ações públicas focadas tanto na solução imediata dos problemas nas comunidades afetadas, como na criação de políticas públicas para minimizar a injustiça climática. É preciso investir nas gerações atuais para que elas possam mudar as futuras gerações e contribuir para o crescimento e desenvolvimento de um ambiente sustentável e equilibrado em que não existam injustiças climáticas aqueles que menos contribuem para o agravo da mesma.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Biodiversidade e Biomas. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas>. Acesso em: 20 set. 2025.

IPBES. Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. Bonn: IPBES Secretariat, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Climate change and health. Genebra: WHO, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>. Acesso em: 23 set. 2025.

RIPPLE, W. J. et al. Extinction risk is most acute for the world's largest and smallest vertebrates. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, Washington, v. 116, n. 43, p. 21657–21662, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.1909819116>.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). World Wildlife Crime Report 2024: trafficking in protected species. Vienna: UNODC, 2024. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wildlife.html>. Acesso em: 23 set. 2025

Quadro a Quadro pelo Mangue: Aprender fazendo com projetos audiovisuais sustentáveis

Autora:

Maria Eduarda Vicente Santos¹, 24 anos
Bebedouro/SP

Os manguezais são ecossistemas costeiros de grande relevância ecológica, social e econômica. Funcionam como berçários naturais, armazenadores de carbono e atuam na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Apesar de sua importância, sofrem com o descarte inadequado de resíduos, pesca predatória e a ausência de políticas públicas eficazes. Diante desse cenário, ações educativas que valorizem o protagonismo juvenil tornam-se estratégicas para a preservação ambiental e para o cultivo de novas formas de esperança².

É nesse horizonte que se insere a oficina Quadro a Quadro pelo Mangue, realizada com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Integrada ao componente de Empreendedorismo e Inovação, a proposta utilizou a técnica de stop motion para refletir sobre os impactos do lixo nos manguezais. A metodologia de aprendizagem baseada em projetos (PBL)³ possibilitou a busca pelo desenvolvimento de habilidades socioemocionais, de autoria e pensamento crítico, ao mesmo tempo em que aproximou o currículo escolar da realidade socioambiental dos estudantes (Moreira et al., 2023).

O ponto de partida foi a ação promovida pelo projeto pedagógico escolar “Entre a Serra e o Mar, quem mora lá?”⁴, em que os estudantes participaram de uma limpeza do manguezal presente

no território da escola e com isso esperou-se que o contato direto com a degradação ambiental despertasse a percepção de que atitudes cotidianas podem impactar a biodiversidade através da experiência que uniu teoria e prática.

A partir dessa vivência, rodas de conversa e aulas interdisciplinares ampliaram o olhar das crianças, que passaram a relacionar o cuidado com o manguezal a fenômenos naturais mais amplos.

Na dimensão artística, os cenários foram construídos com materiais reutilizados, como papelão, tinta e argila, enquanto o personagem central (o caranguejo) passou por diversas experimentações até chegar a um modelo de impressão 3D e o processo de escrita dos roteiros revelou curiosidade e imaginação, dando origem a narrativas de caranguejos heróis em defesa do ecossistema, ideias que posteriormente foram alinhadas às limitações de tempo e recursos materiais.



Figura1. Montagem da própria autora

A técnica de animação quadro a quadro deu vida aos elementos produzidos e exigiu paciência e planejamento. O processo colaborativo estimulou a

tomada de decisões conjuntas e reforçou competências socioemocionais, demonstrando que a criatividade, quando aliada à prática coletiva, pode ser ferramenta de conscientização. O audiovisual, nesse contexto, tornou-se mediador potente entre conhecimento escolar, arte, sustentabilidade e protagonismo juvenil unindo aprendizagem baseada em projetos, recursos audiovisuais e vivências ambientais proporcionando o desenvolvimento de competências cognitivas, criativas e socioemocionais, fortalecendo a construção de saberes com e ao redor de juventudes e meio ambiente.

O percurso culminou na produção de um vídeo-ensaio que uniu registros da limpeza do manguezal e as animações em stop motion⁵. Mais do que um produto final, construiu-se uma memória coletiva marcada pela ideia de esperar em Paulo Freire: uma esperança ativa, que se traduz em práticas transformadoras (Freire, 1992).

Em síntese, o projeto traz a reflexão sobre como a educação ambiental não se limita à transmissão de informações, podendo ser uma experiência coletiva e criativa, capaz de transformar o perceber e as práticas locais. Preservar o manguezal, nesse sentido, é também cultivar futuros possíveis (Freire, 2014). É esperar que o cuidado com o presente seja a semente de um amanhã mais sustentável.

REFERÊNCIAS

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 301p.

FREIRE, Ana M. A. Notas explicativas. In: FREIRE, Paulo (Org.). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a. p. 273-333.

MOREIRA, R. M. G. .; CESÁRIO, A. A. A.; CRUZ, E. P. F. da; VIEIRA, L. H. S.; BROTTTO, H. H. R. Uso da metodologia project based learning no componente introdução ao projeto de máquinas e processos na agricultura. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 16, n. 48, p. 259–281, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10407509. Disponível em : <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2876>. Acesso em: 20 set. 2025.

NOTAS

¹Educadora Social e graduanda em Produção Cultural na Belas Artes (SP). E-mail: contatoeduardavicente@gmail.com

²“Esperançar” é um termo cunhado por Paulo Freire, este que indica ação e mobilização em busca de transformação (Freire, 1992).

³A aprendizagem baseada em projetos (PBL, do inglês Project-Based Learning) é uma abordagem pedagógica em que os estudantes aprendem ao desenvolver projetos práticos e resolver problemas reais, integrando conhecimento e habilidades de forma ativa.

⁴O projeto “Entre a Serra e o Mar, quem mora lá?” busca despertar a consciência ambiental dos estudantes por meio de atividades ligadas à biodiversidade local e à preservação do ecossistema presente, em especial o manguezal.

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

